

19 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO/RS

Edital 7/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
7/2026	160433-19 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO /RS	WESLEY DOS SANTOS OESTREICH	22/04/2026 16:00 (v 0.4)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		4095.001668/2026-92

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90004/2026

CONTRATANTE (UASG)

(160433)

OBJETO

Contratação de serviços de manutenção de Bens e Moveis para atender as demandas do 19º Batalhão de Infantaria Motorizado e Órgãos participantes do GCALC,

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 11.581.346,56

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Conforme divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)

Critério de Julgamento:

Menor Preço

Modo de disputa:

Fechado e Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

SIM

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2025

(Processo Administrativo nº64095.012259/2025-31)

Torna-se público que o 19º Batalhão de Infantaria Motorizado, por meio da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos, sediado na Avenida Theodomiro Porto da Fonseca, nº 908, Bairro Centro, CEP: 93020–654 São Leopoldo-RS, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para Contratação de serviços de manutenção de Bens e Moveis para atender as demandas do 19º Batalhão de Infantaria Motorizado e Órgãos participantes do GCALC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.6. Para os itens 30 e 31 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.
- 3.10 Não poderão disputar esta licitação:
- 3.10.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 3.10.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
 - 3.10.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 3.10.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 3.10.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 3.10.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 3.10.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 3.10.9 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.10.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.10.12 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. O impedimento de que trata o item 3.10.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.5 e 3.10.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.15. O disposto nos itens 3.10.5 e 3.10.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.17. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. *O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.*

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.1 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na

Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.[A3]

5.8 Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário do item;

6.1.2. marca;

6.1.3 fabricante;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil[A2] .

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.13. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.14. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.15. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

6.16. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,05 (cinco centavos).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.[A3]

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8.538, de 2015[A6]).

7.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.[A7]

7.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;[A8]

7.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.23.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.24.2. empresas brasileiras;

7.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

8.7.1. Indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas;

8.8. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

8.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.9.1. conter vícios insanáveis;

8.9.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.9.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.9.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.11. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.11.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.11.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.12. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.12.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.12.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*;

8.12.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.13. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.14. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.14.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.14.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.14.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.14.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.15.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.15.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.17. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.18. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra[A3] , o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.19. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.20. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.21. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.22. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.23. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

8.23.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

8.23.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

8.23.3. cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e

8.23.4. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;[A4]

8.24. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.[A5]

8.25. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.26. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.27. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

8.28. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

8.29. Para os itens enquadrados no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, é importante ressaltar que TODOS OS ITENS deste Pregão se enquadram nesta situação, o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 e normas supervenientes

8.30. A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo;

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 %, SALVO SE HOUVER JUSTIFICATIVA NOS AUTOS PARA SUPRIMIR ESSE ACRÉSCIMO para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de NO MÍNIMO, DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 horas [NO MÍNIMO, DUAS HORAS], para:

9.15.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7. 1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10.8. *Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.*

10.8.1. *Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei n.º 14.967 /2024.*

10.9. *Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024.*

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, não poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://licitacoesb.3rm.eb.mil.br/home>.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.7.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.7.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 5 (*cinco*) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.[A3]

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: e-mail - salc19bimtz@hotmail.com.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/A gente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://licitacoesb.3rm.eb.mil.br/home> .

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.4 Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ARTHUR ALVES

Chefe da Seção de Aquisicoes, Licitações e Contratos do 19º Batalhão de Infataria Motorizado

LAURO LIMA DOS SANTOS NETO

Autoridade competente

19 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO/RS

Termo de Referência 42/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
42/2026	160433-19 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO/RS	ARTHUR ALVES	17/06/2026 15:41 (v 0.4)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		64095.001668/2026-92

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 64095.001668/2026-92)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação serviços de manutenção de equipamentos de rancho de outros comuns a Organização Militar, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CAT SERV	UND	QNT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em câmara de congelamento, composta de revisão eletroeletrônica, aplicação e fornecimento das peças, listadas: solenoide, controladores TC 900, 03(três) micro ventiladores 1/25, 03(três) resistências para degelo evaporadora de 03(três) ventiladores, Sensor S1 - temperatura ambiente, S2 - temperatura de evaporação, chaves contadoras do compressor 32A, contactora degelo 25A, contadora evaporadora 12A, relé falta de fase, rele de sobrecarga, pressostato de baixa, pressostato de alta, troca do entilador da condensadora 450mm 3F220/380, apresentar OS com todos os testes de segurança e validação do serviço. Todo o material utilizado para manutenção, ficará a cargo da contratada.	20796	SV	72	R\$ 4.987,50	R\$ 359.100,00
02	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em câmara de congelamento composta de revisão eletroeletrônica, higienização do sistema frigorífero, lavagem das unidades interna e externa, revisão do sistema de drenagem, lavagem das placas com	20796	SV	64	R\$3.158,75	\$ 202.160,00

	hidrojateamento com produtos biodegradáveis, carga de gás com fornecimento de gás incluso, e balanceamento termodinâmico e testes de validação do serviço.					
03	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em câmara de congelamento, substituição com fornecimento de unidade condensadora para sistema de frigorífica de CONGELADO, capacidade de 3.848 Kcal /H, TE - 20°C, TA43°C. Fluido refrigerante (R404), 220-3F, todos os materiais inclusos na proposta, balanceamento termodinâmico e testes de validação do serviço.	20796	SV	64	R\$20.504,17	R\$1.312.266,88
04	Serviço de manutenção preventiva em câmara de resfriamento, composta de revisão eletroeletrônica, higienização do sistema frigorífero, lavagem das unidades interna e externa, revisão do sistema de drenagem, lavagem das placas com hidrojateamento com produtos biodegradáveis, carga de gás com fornecimento de gás incluso, balanceamento termodinâmico e testes de validação do serviço.	3670	SV	63	R\$ 2.382,92	R\$ 150.123,96
05	Serviço de manutenção corretiva em aparelhos de refrigeração: freezer marca electrolux, consul ou similar, incluso todo material necessário, troca ou reacompletamento de gás.	3506	SV	87	R\$ 1.330,00	R\$ 115.710,00
06	Serviço de instalação e manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado SIMILAR SPLIT 12.000 BTU's, Preventiva; - Serviço de instalação de ar condicionado split de 12.000 BTU'S, englobando: instalação (UNIDADE INTERNA E EXTERNA), a fixação da unidade condensadora e evaporadora (até 3 metros de linha entre as unidades) utilizando-se nas linhas frigorígenas, cobre eletrolítico, tubo esponjoso térmico anti-chama, fios para interligação das unidades interna e externa tipo pp e fita branca em pvc para acabamento. (DRENAGEM) o dreno será levado até a parte externa da unidade evaporadora, por meio de mangueira tipo cristal, parede de 2mm de diâmetro, espessura 5/8, sendo de responsabilidade da contratante o prosseguimento do destino final da drenagem. (FIXAÇÃO DA CONDENSADORA) serão fixadas por suportes tipo mão francesas, em aço inox ou galvanizado, devidamente avaliado por laboratório acreditado pelo INMETRO, atendendo a NBR 16655-1:2018, esta exigência se faz necessária para garantir a integridade dos suportes durante sua vida útil, evitando assim graves acidentes devido a possibilidade de queda de aparelhos de ar-condicionado. Incluirá, ainda, vácuo no sistema, carga de gás de 1kg e teste de funcionamento. A licitante deverá indicar detalhadamente os respectivos materiais necessários na utilização da respectiva instalação.	3670	SV	406	R\$ 1.773,33	R\$ 719.971,98
07	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em câmara de resfriamento, substituição com fornecimento de compressor para sistema de frigorífica de congelados, capacidade de 6.764 Kcal /H, TE 5°C, TA43°C. Fluido refrigerante (R22), 220-	3670	SV	55	R\$ 18.287,50	R\$ 1.005.812,50

	3F, todos os materiais inclusos na proposta, balanceamento termodinâmico e testes de validação do serviço.					
08	Serviço de manutenção corretiva em: Serviço de manutenção corretiva em: refresqueira com corpo em aço inox. Possui duas cubas em colipoliester, com capacidade de 15 litros cada. Sistema de agito com pá (mexedor), voltagem 220V. Marca begel, venâncio ou similar. Troca do compressor 1/5 R134A - 220V.	3506	SV	72	R\$ 2.161,25	R\$ 155.610,18
09	Serviço de manutenção corretiva em: liquidificador industrial, cap. 25l, marca vitalex ou similar, rebobinagem do motor elétrico. Todo o material utilizado para manutenção, ficará a cargo da contratada.	3670	SV	60	R\$ 1.828,75	R\$ 109.725,00
10	Serviço de manutenção corretiva em: liquidificador industrial, cap. 251, marca vitalex ou similar, troca das laminas. Todo o material utilizado para manutenção, ficará a cargo da contratada.	3670	SV	72	R\$ 720,42	R\$ 51.870,24
11	Serviço de manutenção corretiva: amassadeira rápida, capacidade 25kg, trifásico de padaria industrial, marca venâncio ou similar, incluindo revisão da parte elétrica, limpeza.	3670	SV	32	R\$2.770,83	R\$ 88.666,56
12	Manutenção de máquina de gelo em cubos, com capacidade para produzir 50 kg a 150 kg por dia e com depósito de 5kg: reabastecimento do gás de refrigeração. Todo o material utilizado para manutenção, ficará a cargo da contratada.	3670	SV	42	R\$ 3.602,08	R\$ 151.287,36
13	Manutenção de tubulação de gás GLP com capacidade de 1 a 10 entradas – serviço de substituição de tubulação de gás GLP de sistema gás P45: com troca de válvula de alta pressão 30KG, Troca de mangote 70cm, troca de tubo de cobre classe A – 15mm-pintado e Troca de Mangote flexível metálico- 1,0M.	3670	SV	90	R\$ 6.483,75	R\$583.537,50
14	Serviço de manutenção corretiva em cafeteira café expresso, marca expressione orion fam 620t ou similar: com troca de resistência e sensor de temperatura.	3670	SV	40	R\$ 1.662,50	R\$ 66.500,00
15	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em coifa, exaustores: revisão elétrica, limpeza leve sem desmontagem, sem aplicação de peças;	3670	SV	49	R\$ 4.987,50	R\$ 244.387,50
16	Serviço de manutenção corretiva em aparelhos de refrigeração: bebedouros, incluso todo o material necessário: troca de compressores de bebedouro e Troca do refil de filtro, Tipo Carbon Block 9.3/4"	3670	SV	97	R\$ 2.105,83	R\$204.265,51

17	Serviço de manutenção corretiva em aparelhos de refrigeração: freezer marca electrolux, cômput ou similar, incluso todo material necessário: Troca do compressor 1/3+ R134A - 220V e troca de filtro secador.	3670	SV	101	R\$ 2.212,50	R\$223.462,50
18	Serviço de manutenção corretiva em aparelhos de refrigeração: geladeira, incluso todo material necessário para Troca do compressor de geladeira 1 /5+ R134A - 220V capacidade menor que 400L.	3670	SV	66	R\$ 2.438,33	R\$ 160.929,78
19	Serviço de manutenção corretiva em amaciador de bife em alumínio anodizado, incluindo Troca do kit completo NR-12 e Rebobinagem motor 1.5 CV;	3670	SV	39	R\$ 1.662,50	R\$ 64.837,50
20	Serviço de manutenção corretiva em equipamento de cozinha fogão industrial de 4 a 8 bocas, em aço: Troca de registro, valor por unidade e Troca de queimador duplo Ø160mm, valor por unidade.	3670	SV	59	R\$ 1.955,83	R\$ 115.393,97
21	Serviço de manutenção corretiva em equipamento de cozinha moedor de carne 50 kg/h, incluindo substituição das peças e componentes avariados: Rebobinagem motor 1.5 CV; Troca da navalha boca 98 e Troca da arruela de encosto boca 98.	3670	SV	52	R\$ 2.216,67	R\$ 115.266,84
22	Serviço de manutenção corretiva em equipamento de padaria modeladora de pães, marca Venâncio ou similar, incluindo substituição de todas as peças e componentes avariados: Troca da corrente de comando, Troca da cremalheira de abertura dos rolos.	3670	SV	39	R\$ 3.325,00	R\$129.675,00
23	Serviço de manutenção corretiva em: liquidificador industrial, cap. Até 25 l, marca vitalex ou similar, incluindo substituição rebobinagem do motor elétrico 1CV.	3670	SV	51	R\$ 1.828,75	R\$ 93.266,25
24	Serviço de manutenção preventiva e corretiva com reforma de fogão de campanha Troca de grelha 30 x 30, valor por unidade e Troca de injetor, valor por unidade.	3670	SV	55	R\$ 720,42	R\$ 39623,10
25	Serviço de manutenção preventiva e corretiva de Buffet térmico quente ou frio com Troca resistência 2200W 220V e revisão elétrica, limpeza, sem aplicação de peças;	3670	SV	76	R\$ 1.662,50	R\$ 126.350,00

26	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em: multiprocessador de alimentos, com as seguintes funções; cortar em cubos e palitos frutas e legumes, desfiar e ralar queijos, fatiar em rodela finas, marca beccaro ou similar, voltagem 220w. Serviço de Rebobinagem motor de 1/2 CV; Troca dos rolamentos e Troca da correia.	3670	SV	42	R\$ 1.995,00	R\$ 83.790,00
27	Serviço de manutenção preventiva e corretiva extrator de suco com Troca do retentor e Troca dos rolamentos.	3670	SV	42	R\$ 886,67	R\$ 37.240,14
28	Serviço de manutenção preventiva e corretiva: sanduicheira dupla prensa elétrica: Troca do termostato 20°C a 300°C; e Manutenção preventiva, revisão elétrica, limpeza, sem aplicação de peças.	3670	SV	71	R\$ 886,67	R\$ 62.953,57
29	Serviço de manutenção preventiva e corretiva: forno industrial turbo gás, 5 a 15 esteiras, marca progás, venâncio ou similar, Troca do controlador, Troca do sensor de chama e Troca do vidro da porta.	3670	SV	55	R\$ 3.103,33	R\$170.683,15
30	Serviço de manutenção preventiva e corretiva: forno industrial elétrico, 220v ou 380v, 5 a 15 esteiras, marca progás, venâncio ou similar, Troca da Contactora do ventilador, Troca da valvula solenoide de gás e Troca da usina de ignição.	3670	SV	50	R\$ 3.047,92	R\$152.396,00
31	Serviço de manutenção preventiva e corretiva: máquina fatiadora de frios, tipo pratica rápido em inox, incluindo recuperação de motor, troca de rolamentos, troca de lâmina, sistema elétrico e troca de peças em geral por conta do fornecedor.	3670	SV	56	R\$ 1.330,00	R\$ 74.480,00
32	Serviço de manutenção preventiva e corretiva: bateadeira de massas planetária, incluindo Rebobinagem motor de 1/2 CV, troca dos rolamentos e Troca do fim de curso da tampa.	3670	SV	37	R\$ 2.770,83	R\$ 102.520,71
33	Serviço de manutenção preventiva e corretiva: máquina divisória de massas de 30 unidades tipo alavanca, para padaria industrial, marca venâncio ou similar, incluindo Serviço de solda, Troca das molas e Troca da cremalheira.	3670	SV	33	R\$ 1.330,00	R\$ 43.890,00
34	Serviço de manutenção preventiva e corretiva: amassadeira espiral, capacidade 25 kg ou mais, trifásico de padaria industrial, qualquer marca, Serviço de usinagem do eixo do batedor, Rebobinagem motor de 3 CV, Troca do motor 3CV - em caso que quebra do eixo, Troca dos dolamentos do eixo de transmissão.	3670	SV	44	R\$ 3.879,17	R\$ 170.683,48
35	Serviço de manutenção preventiva e corretiva: tipo EGC-100A ou similar, máquina de gelo 50 a 150 kg -	3670	SV	54	R\$ 2.770,83	R\$149.624,82

	manutenção da máquina de gelo em cubos, o serviço inclui Troca do Condensadora para compressor 1/3+, Troca do Filtro Secador e Troca da placa de comando.					
36	Serviço de manutenção preventiva e corretiva: cilindro sovador de coluna, trifásico de padaria industrial, marca venâncio ou similar - incluindo Troca dos rolamentos dos eixos, Troca da engrenagem de regulagem de abertura dos rolos e Troca da polia do motor.	3670	SV	26	R\$ 3.214,17	R\$ 83.568,42
37	Serviço de manutenção preventiva e corretiva: refresqueira, em inox, com até 2 (duas) torneiras, capacidade até 150 litros, marca begel ou similar - industrial serviço de Troca do compressor 1/3 R134A - 220V, Pressurização com nitrogênio, Troca do Filtro Secador e Retirada de pontos de ferrugem;	3670	SV	55	R\$ 1.706,83	R\$ 93.875,65
38	Serviço de manutenção preventiva e corretiva: cafeteira industrial de 15 a 30 litros, com Troca resistência 1500W 220V, Troca do termostato 20°C a 120°C e Troca contactora 32A 220V.	3670	SV	57	R\$ 1.662,50	R\$ 94.762,50
39	Serviço de manutenção preventiva e corretiva: passthrough quente ou frio, marca frilux ou similar, Troca contactora 32A 220V, Troca do Controlador MT-512, Troca da fechadura da porta, valor por porta e Troca do cabo de alimentação PP 3X2,50mm, valor por metro.	3670	SV	63	R\$ 2.105,83	R\$132.667,29
40	Serviço de manutenção corretiva e preventiva, de câmara de controle de fermentação de pão, incluindo: Troca do Condensadora para compressor 1/3+, Instalação de Valvula de serviço, Troca do compressor 1/3+ R134A - 220V .	3670	SV	40	R\$ 2.327,50	R\$ 93.100,00
41	Serviço de manutenção corretiva e preventiva em caldeirões a vapor 200L ou mais. Serviços a serem executados- substituição das válvulas, mangueiras, conexões, registros e limpeza externa.	3670	SV	44	R\$ 7.204,17	R\$316.983,48
42	Serviço de manutenção corretiva em máquina fritadeira, tipo Fritador elétrico água e óleo, 5 cestos FGE-05 ou similar incluso: Troca resistência 6000W 220V, Troca do cabo de alimentação PP 4X6,00mm, valor por metro e Troca do termostato 50°C a 300°C.	3670	SV	34	R\$ 2.881,67	R\$ 97.976,78
43	Serviço de manutenção preventiva e corretiva de refrigerador expositor inox 6 portas, Troca do Condensadora para compressor 3/4, Limpeza do Sistema com R141B ou Similar, Pressurização com nitrogênio e Troca do Controlador MT-512.	3670	SV	51	R\$ 2.194,50	R\$111.919,50
	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em caldeira a vapor marca “MERNAK”, capacidade de 500 Kg/h, com todo material incluso, conserto de bombas, substituição dos fusíveis, substituir retentores dos mancais dos ventiladores, substituição das conexões de					

44	interligação de água e dreno sendo registros, joelho, niples e redução; revisão e manutenção dos grifos de segurança com substituição se necessário; revisão e manutenção das válvulas de segurança, substituição do isolamento térmico em lâ de vidro; substituição da borracha de vedação da tampa; limpeza, regulagens e pinturas; manutenção e substituição da rede elétrica e do quadro de comando da caldeira, de revisão e manutenção de todo o sistema de funcionamento de caldeira à vapor em questão, troca de parafusos, incluindo a troca de todos os componentes elétricos, seja os fios, disjuntores ou qualquer outro equipamento que se apresente velho ou estragado, tubulações em geral, entrada e saída de vapor, e de água.	3670	SV	22	R\$ 10.695,42	R\$235.299,24
45	Serviço de manutenção em equipamentos de serralharia. Serviço de manutenção, reparo e conservação no que se refere a retífica da moto serra HUSQVARNA 281 XP á Gasolina.	3670	SV	53	R\$ 942,08	R\$ 49.930,24
46	Serviço de manutenção de geladeiras e bebedouros. Manutenção corretiva em bebedouros industriais SIMILAR (3 ou 2 torneiras), incluindo Troca do compressor 1/5 R134A - 220V e Troca do Condensadora para compressor 1/5.	3670	SV	205	R\$ 1.052,92	R\$215848,60
47	Serviço de manutenção de compressores. Compressor elétrico de ar comprimido respirável SIMILAR NARDI PACIFC 210 (200 e 300 BAR) D16. Fornecimento e substituição de todos os componentes elétricos, peças do motor e revisão elétrica.	3670	SV	44	R\$ 2.050,42	R\$ 90.218,48
48	Serviço de instalação e manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado SIMILAR SPLIT 9.000 BTU's, Preventiva; - Serviço de instalação de ar condicionado split de 9.000 BTU'S, englobando: instalação (UNIDADE INTERNA E EXTERNA), a fixação da unidade condensadora e evaporadora (até 3 metros de linha entre as unidades) utilizando-se nas linhas frigorígenas, cobre eletrolítico, tubo esponjoso térmico anti-chama, fios para interligação das unidades interna e externa tipo pp e fita branca em pvc para acabamento. (DRENAGEM) o dreno será levado até a parte externa da unidade evaporadora, por meio de mangueira tipo cristal, parede de 2mm de diâmetro, espessura 5/8, sendo de responsabilidade da contratante o prosseguimento do destino final da drenagem. (FIXAÇÃO DA CONDENSADORA) serão fixadas por suportes tipo mão francesas, em aço inox ou galvanizado, devidamente avaliado por laboratório acreditado pelo INMETRO, atendendo a NBR 16655-1: 2018, esta exigência se faz necessária para garantir a integridade dos suportes durante sua vida útil, evitando assim graves acidentes devido a possibilidade de queda de aparelhos de ar-condicionado. Incluirá, ainda, vácuo no sistema, carga de gás de 1kg e teste de funcionamento. A licitante deverá indicar detalhadamente os respectivos materiais necessários na utilização da respectiva instalação.	3670	SV	276	R\$ 2.050,42	R\$565.915,92

49	<p>Serviço de instalação manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado SIMILAR SPLIT 24.000 BTU's, Preventiva; - Serviço de instalação de ar condicionado split de 24.000 BTU'S, englobando: instalação (UNIDADE INTERNA E EXTERNA), a fixação da unidade condensadora e evaporadora (até 3 metros de linha entre as unidades) utilizando-se nas linhas frigorígenas, cobre eletrolítico, tubo esponjoso térmico anti-chama, fios para interligação das unidades interna e externa tipo pp e fita branca em pvc para acabamento. (DRENAGEM) o dreno será levado até a parte externa da unidade evaporadora, por meio de mangueira tipo cristal, parede de 2mm de diâmetro, espessura 5/8, sendo de responsabilidade da contratante o prosseguimento do destino final da drenagem. (FIXAÇÃO DA CONDENSADORA) serão fixadas por suportes tipo mão francesas, em aço inox ou galvanizado, devidamente avaliado por laboratório acreditado pelo INMETRO, atendendo a NBR 16655-1:2018, esta exigência se faz necessária para garantir a integridade dos suportes durante sua vida útil, evitando assim graves acidentes devido a possibilidade de queda de aparelhos de ar-condicionado. Incluirá, ainda, vácuo no sistema, carga de gás de 1kg e teste de funcionamento.</p> <p>A licitante deverá indicar detalhadamente os respectivos materiais necessários na utilização da respectiva instalação.</p>	3670	SV	267	R\$ 2.438,33	R\$651.034,11
50	<p>Serviço de instalação e manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado SIMILAR SPLIT 7.500 BTU's, Preventiva; - Serviço de instalação de ar condicionado split de 7.500 BTU'S, englobando: instalação (UNIDADE INTERNA E EXTERNA), a fixação da unidade condensadora e evaporadora (até 3 metros de linha entre as unidades) utilizando-se nas linhas frigorígenas, cobre eletrolítico, tubo esponjoso térmico anti-chama, fios para interligação das unidades interna e externa tipo pp e fita branca em pvc para acabamento. (DRENAGEM) o dreno será levado até a parte externa da unidade evaporadora, por meio de mangueira tipo cristal, parede de 2mm de diâmetro, espessura 5/8, sendo de responsabilidade da contratante o prosseguimento do destino final da drenagem. (FIXAÇÃO DA CONDENSADORA) serão fixadas por suportes tipo mão francesas, em aço inox ou galvanizado, devidamente avaliado por laboratório acreditado pelo INMETRO, atendendo a NBR 16655-1: 2018, esta exigência se faz necessária para garantir a integridade dos suportes durante sua vida útil, evitando assim graves acidentes devido a possibilidade de queda de aparelhos de ar-condicionado. Incluirá, ainda, vácuo no sistema, carga de gás de 1kg e teste de funcionamento. A licitante deverá indicar detalhadamente os respectivos materiais necessários na utilização da respectiva instalação.</p>	3670	SV	213	R\$ 1.828,75	R\$ 389.523,75
	<p>Serviço de instalação e manutenção preventiva e corretiva e instalação em aparelho de ar condicionado SIMILAR SPLIT 22.000 BTU 's, Preventiva; - Serviço de instalação de ar condicionado split de 22.000 BTU' S, englobando: instalação (UNIDADE INTERNA E EXTERNA), a fixação da unidade condensadora e</p>					

51	<p>evaporadora (até 3 metros de linha entre as unidades) utilizando-se nas linhas frigorígenas, cobre eletrolítico, tubo esponjoso térmico anti- chama, fios para interligação das unidades interna e externa tipo pp e fita branca em pvc para acabamento. (DRENAGEM) o dreno será levado até a parte externa da unidade evaporadora, por meio de mangueira tipo cristal, parede de 2mm de diâmetro, espessura 5/8, sendo de responsabilidade da contratante o prosseguimento do destino final da drenagem. (FIXAÇÃO DA CONDENSADORA) serão fixadas por suportes tipo mão francesas, em aço inox ou galvanizado, devidamente avaliado por laboratório acreditado pelo INMETRO, atendendo a NBR 16655-1:2018, esta exigência se faz necessária para garantir a integridade dos suportes durante sua vida útil, evitando assim graves acidentes devido a possibilidade de queda de aparelhos de ar-condicionado. Incluirá, ainda, vácuo no sistema, carga de gás de 1kg e teste de funcionamento. A licitante deverá indicar detalhadamente os respectivos materiais necessários na utilização da respectiva instalação.</p>	3670	SV	168	R\$ 2.438,33	R\$409.639,44
52	<p>Serviço de instalação e manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado SIMILAR SPLIT 18.000 BTU's, Preventiva; - Serviço de instalação de ar condicionado split de 18.000 BTU'S, englobando: instalação (UNIDADE INTERNA E EXTERNA), a fixação da unidade condensadora e evaporadora (até 3 metros de linha entre as unidades) utilizando-se nas linhas frigorígenas, cobre eletrolítico, tubo esponjoso térmico anti-chama, fios para interligação das unidades interna e externa tipo pp e fita branca em pvc para acabamento. (DRENAGEM) o dreno será levado até a parte externa da unidade evaporadora, por meio de mangueira tipo cristal, parede de 2mm de diâmetro, espessura 5/8, sendo de responsabilidade da contratante o prosseguimento do destino final da drenagem. (FIXAÇÃO DA CONDENSADORA) serão fixadas por suportes tipo mão francesas, em aço inox ou galvanizado, devidamente avaliado por laboratório acreditado pelo INMETRO, atendendo a NBR 16655-1:2018, esta exigência se faz necessária para garantir a integridade dos suportes durante sua vida útil, evitando assim graves acidentes devido a possibilidade de queda de aparelhos de ar-condicionado. Incluirá, ainda, vácuo no sistema, carga de gás de 1kg e teste de funcionamento. A licitante deverá indicar detalhadamente os respectivos materiais necessários na utilização da respectiva instalação.</p>	3670	SV	354	R\$2.300,00	R\$814.200,00
	<p>Serviço de instalação e manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado SIMILAR SPLIT 30.000 BTU's, Preventiva; - Serviço de instalação de ar condicionado split de 30.000 BTU'S, englobando: instalação (UNIDADE INTERNA E EXTERNA), a fixação da unidade condensadora e evaporadora (até 3 metros de linha entre as unidades) utilizando-se nas linhas frigorígenas, cobre eletrolítico, tubo esponjoso térmico anti-chama, fios para interligação das unidades interna e externa tipo pp e fita branca em pvc para acabamento. (DRENAGEM) o dreno será levado até a parte externa da unidade</p>					

53	<p>evaporadora, por meio de mangueira tipo cristal, parede de 2mm de diâmetro, espessura 5/8, sendo de responsabilidade da contratante o prosseguimento do destino final da drenagem. (FIXAÇÃO DA CONDENSADORA) serão fixadas por suportes tipo mão francesas, em aço inox ou galvanizado, devidamente avaliado por laboratório acreditado pelo INMETRO, atendendo a NBR 16655-1:2018, esta exigência se faz necessária para garantir a integridade dos suportes durante sua vida útil, evitando assim graves acidentes devido a possibilidade de queda de aparelhos de ar-condicionado. Incluirá, ainda, vácuo no sistema, carga de gás de 1kg e teste de funcionamento.</p> <p>A licitante deverá indicar detalhadamente os respectivos materiais necessários na utilização da respectiva instalação.</p>	3670	SV	158	R\$2.770,83	R\$437.791,14
54	<p>Serviço de instalação e manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado SIMILAR SPLIT 60.000 BTU's, Preventiva; - Serviço de instalação de ar condicionado split de 60.000 BTU'S, englobando: instalação (UNIDADE INTERNA E EXTERNA), a fixação da unidade condensadora e evaporadora (até 3 metros de linha entre as unidades) utilizando-se nas linhas frigorígenas, cobre eletrolítico, tubo esponjoso térmico anti-chama, fios para interligação das unidades interna e externa tipo pp e fita branca em pvc para acabamento. (DRENAGEM) o dreno será levado até a parte externa da unidade evaporadora, por meio de mangueira tipo cristal, parede de 2mm de diâmetro, espessura 5/8, sendo de responsabilidade da contratante o prosseguimento do destino final da drenagem. (FIXAÇÃO DA CONDENSADORA) serão fixadas por suportes tipo mão francesas, em aço inox ou galvanizado, devidamente avaliado por laboratório acreditado pelo INMETRO, atendendo a NBR 16655-1:2018, esta exigência se faz necessária para garantir a integridade dos suportes durante sua vida útil, evitando assim graves acidentes devido a possibilidade de queda de aparelhos de ar-condicionado. Incluirá, ainda, vácuo no sistema, carga de gás de 1kg e teste de funcionamento.</p> <p>A licitante deverá indicar detalhadamente os respectivos materiais necessários na utilização da respectiva instalação.</p>	3670	SV	198	R\$3.768,33	R\$746.129,34

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.4. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.

Prazo de vigência

1.6. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados do(a) **assinatura da Ata de registro de preços (ARP)**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.teste

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.[A1]

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade[A2]

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Destinação ambientalmente adequada dos resíduos e peças substituídas, conforme PNRS (Lei 12.305/2010);

4.1.2. Recolhimento e destino correto de fluidos refrigerantes (Protocolo de Montreal / Resolução CONAMA), quando aplicável aos equipamentos de refrigeração; e

4.1.3. Emprego de boas práticas que minimizem consumo de energia e desperdício de insumos durante a execução.

Subcontratação[A6]

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação[A8]

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.34. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à quinta - feira, das 08:00 horas às 16:30 horas e nas sextas -ferias 08:00 horas às 12:00.

4.35. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.[A16]

4.36. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria[A17] .

4.37. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.38. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução[A2]

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: Até 30 dias da emissão da Nota de Empenho.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nas Organizações Militares pertencentes a presente licitação realizada no âmbito do GCALC. [A4] ;

5.3. Os serviços serão prestados no horário indicado pelo setor requisitante via e-mail na momento da entrega da Nota de Empenho.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar, por sua conta e risco, todos os materiais, peças, componentes, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à plena realização das manutenções preventivas e corretivas, com custos já incluídos no preço unitário de cada serviço, promovendo sua substituição sempre que necessário, observado o seguinte:

5.4.1. As peças e componentes de reposição aplicados deverão ser novos, originais ou equivalentes de qualidade igual ou superior, compatíveis com as especificações técnicas dos equipamentos, vedado o emprego de itens usados, recondicionados ou recuperados, salvo autorização expressa do Contratante;

5.4.2. A carga e o reabastecimento de gases refrigerantes (R22, R134A, R404 e similares), gases para pressurização (nitrogênio) e demais insumos de operação correrão por conta do Contratado, atendidas as normas ambientais aplicáveis ao manuseio de fluidos refrigerantes;

5.4.3. Os materiais de instalação de aparelhos de ar-condicionado tipo Split (tubo de cobre eletrolítico, isolamento térmico antichama, fiação tipo PP, fita PVC, mangueira de dreno, suportes tipo mão-francesa, etc.) deverão atender às especificações constantes nos respectivos itens, sendo que os suportes de fixação das unidades condensadoras deverão atender à NBR 16655-1:2018, com avaliação por laboratório acreditado pelo INMETRO;

5.4.4. O Contratado fornecerá, ainda, todas as ferramentas, instrumentos de medição, equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC) necessários à execução segura dos serviços, sem ônus adicional ao Contratante;

5.4.5. A indicação detalhada dos materiais a serem empregados, quando exigida na descrição do serviço (em especial nos itens de instalação de ar-condicionado), deverá ser apresentada pela licitante em sua proposta;

5.4.6. Compete ao Contratado a remoção, transporte e destinação ambientalmente adequada dos resíduos, peças substituídas e fluidos descartados, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:[A7]

5.5.1. Os serviços compreendem manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento e aplicação de peças, em equipamentos de cozinha, panificação, refrigeração industrial, climatização e sistemas correlatos, abrangendo, entre outros: câmaras de congelamento e resfriamento, unidades condensadoras e compressores, freezers, geladeiras, bebedouros, refresqueiras, máquinas de gelo, cafeteiras, fornos industriais, fritadeiras, caldeirões e caldeiras a vapor, amassadeiras, batedeiras, cilindros, modeladoras e divisoras de massa, moedores e amaciadores de carne, fatiadoras, multiprocessadores, extratores de suco, coifas e exaustores, buffets/passthrough térmicos, tubulações de gás GLP, compressores de ar e aparelhos de ar-condicionado tipo Split (7.500 a 60.000 BTU/h), conforme especificações detalhadas na planilha de itens;

5.5.2. Os serviços serão prestados sob demanda, mediante ordem de serviço, não havendo garantia de quantitativo mínimo de chamados, sendo os valores estimados meramente referenciais para fins de dimensionamento da proposta;

5.5.3. Os preços unitários ofertados deverão contemplar mão de obra, peças, materiais, insumos, deslocamento, transporte, ferramentas, EPIs, encargos e tributos, bem como o balanceamento termodinâmico e os testes de validação exigidos nos respectivos serviços;

5.5.4. Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados e habilitados, observadas as normas técnicas aplicáveis (ABNT), as Normas Regulamentadoras de segurança do trabalho (em especial a NR-12, NR-13 para caldeiras/vasos de pressão e NR-35 quando houver trabalho em altura) e as normas ambientais de manuseio de fluidos refrigerantes;

5.5.5. Eventual necessidade de substituição de componentes de maior porte (unidades condensadoras, compressores, motores) está prevista em itens específicos da planilha, com fornecimento integral de materiais por conta do Contratado.

Especificação[A14] da garantia do serviço

5.14. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido[A15] na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato[A17]

5.18. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto[A2]

6.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.6. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período [definir o período].

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.[A3]

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.16. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.17. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.18. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.19. Cabe ao gestor do contrato:

6.19.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações

contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.19.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.19.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.19.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.19.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.19.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.19.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.19.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.19.8.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174 /2024;

6.19.8.2 à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.[A12]

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto nesta seção, mediante a verificação da efetiva e adequada execução dos serviços demandados por ordem de serviço.

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3.1. não produziu os resultados acordados,

7.3.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.5. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.5.1. a efetiva conclusão dos serviços demandados por ordem de serviço, devidamente atestada pelo fiscal técnico;

7.5.2. a conformidade dos serviços executados e dos materiais/peças empregados com as especificações do Termo de Referência e da proposta;

7.5.3. o atendimento aos prazos de execução estabelecidos para cada ordem de serviço, aplicando-se as glosas previstas em caso de descumprimento..

Recebimento

7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6.1. Não se tratando de obra ou serviço de engenharia, para fins de recebimento provisório considera-se concluído o objeto com a finalização integral dos serviços previstos na respectiva Nota de Empenho e Termo de Referência, formalmente comunicada pelo Contratado à fiscalização, acompanhada do relatório de execução e, quando houver emprego de materiais ou peças, da relação dos itens utilizados.

7.7. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

- 7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.10. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.11. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal, compreendendo o conjunto de Ordens de Serviço concluídas e atestadas pela fiscalização entre o primeiro e o último dia de cada mês.
- 7.12. Ao final de cada período/evento de faturamento:
- 7.12.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 7.13. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.14. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.16. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.19. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.19.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- 7.19.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
- 7.19.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.19.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.19.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A9]
- 7.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.22. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

i) o prazo de validade;

ii) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.28.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

7.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A11]

7.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Repactuação[A18]

7.76. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data de assinatura da Ata de registro de preço.

Cessão de Crédito[A29]

7.85. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A30]

7.85.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.85.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.85.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.85.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A31]

7.86. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A32]

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;[A3]

8.2.4.2.1. . O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas "e" a "h", de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação..

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea "c", de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "b", de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea "d", de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "a", de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (xxxxx) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta[A1]

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.3. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

Crítérios de aceitabilidade de preços

9.7. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será[A7] :

9.7.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa a tabela constante no item 1.1. deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.8. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.9. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A9]

9.10. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.11. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.12. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]

9.13. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.14. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.15. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.16. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.17. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.19. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.20. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.21. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.22. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.23. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.24. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.25. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A12]
- 9.26. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.27. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A13]

Qualificação Econômico-Financeira[A14]

- 9.28. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.29. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.30. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social], já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A15] :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 9.31. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.
- 9.32. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;
- 9.33. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.34. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.35. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.36. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo XXX deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

9.36.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.36.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.37. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica[A21]

9.38. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.38.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.41. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso[A24] .

9.41.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.41.4. O fornecedor disponibilizará [A30] todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.41.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.43. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.44. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional[A32]

9.45. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.45.1. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração[A33] (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.47. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.48. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.[A34]

Disposições gerais sobre habilitação

9.49. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.50. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.51. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.52. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.53. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.54. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.54.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.54.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.54.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.54.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.54.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.54.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.54.6.1. ata de fundação;

9.54.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.54.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.54.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.54.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.54.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.54.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador[A35] .

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1.O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 13.268.445,86 (treze milhões duzentos e sessenta e oito mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e oitenta e seis centavos), conforme custos unitários apostos na [tabela contida no item 1.1 acima].

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA


11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.


LUIZ ALEXANDRE BRAGA RUZENE – CAP

Equipe de planejamento da Contratação

Documento assinado digitalmente
 **VAGNER ILSON BORGES**
Data: 18/06/2026 13:50:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

VAGNER ILSON BORGES – 1º SGT

Equipe de planejamento da Contratação

Documento assinado digitalmente
 **VITOR MATHEUS DE OLIVEIRA**
Data: 18/06/2026 14:19:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

VITOR MATHEUS DE OLIVEIRA – 3º SGT

Equipe de planejamento da Contratação

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato — Nota de Empenho —, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
 - 1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
 - 1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.[A3]

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE[A7]

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

- 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;
- 3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 dias úteis.
- 3.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 3.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 4.1.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 4.1.2. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência.
- 4.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 4.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 4.1.5. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 4.1.6. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.

4.1.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

4.1.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.13. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho.

4.1.14. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados.

4.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação.

4.1.16. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008.

4.1.17. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

4.1.18. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

4.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto.

4.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

4.1.22. Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade, quando exigível.

4.1.23. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD[A19]

5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. [A20]

5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. [A21]

5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.[A22]

6. FORO

6.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Porto Alegre, Seção Judiciário Rio Grande do Sul, para

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão Eletrônico SRP nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VAGNER ILSON BORGES
Equipe de planejamento da contratação

VITOR MATHEUS DE OLIVEIRA



Documento assinado digitalmente

LUIS ALEXANDRE BRAGA RUZENE

Data: 18/06/2026 11:22:25-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LUIS ALEXANDRE BRAGA RUZENE

Equipe de planejamento da contratação

19 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO/RS**Estudo Técnico Preliminar 19/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 64095.001668/2026-92

2. Descrição da necessidade**FINALIDADE**

O presente documento, denominado Estudos Preliminares, é elaborado em atendimento às disposições contidas na Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, e Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020, expedidas pelo Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG), especialmente o disposto no art. 24, atentando-se para as diretrizes constantes no Anexo III da referida IN nº 05/2017-MPOG.

Os trabalhos aqui desenvolvidos visam subsidiar futuro procedimento licitatório para contratação/aquisição de serviço de manutenção de bens móveis.

Fazem parte deste estudo os seguintes anexos:

A – Pesquisa de Preço

B – Matriz de Riscos e Controles

NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Atualmente o 19º Batalhão de Infantaria Motorizado (19º BI Mtz) e outras Organizações Militares do Comando Militar do Sul, dispõem de uma gama de materiais eletrônicos/ combustão a vapor diesel / gás, sejam eles de uso nas seções, Aprovisionamento e Reserva de Material. Sendo compostos de Ar condicionados, Maquinário de cozinha Industrial, Moto serra Roçadeira, Ventiladores, Geradores, Bebedor etc.

Todos estes materiais necessitam de serviços de reparos, haja vista que, os objetivos finais de uso não estão sendo alcançados em seu propósito; assim, sendo de vital importância a contratação da prestação de serviço de manutenção preventiva, que visa atender esta atividade; este serviço poderá ser ostensivo a todas as unidades militares do Comando Militar do Sul.

Com a adoção da solução, esta unidade terá condição de manter os trabalhos já realizados, melhorar seu sistema contratação de serviço Contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos eletrônicos de uso diário; de combustão a Diesel, gás/ vapor ou geradores de energia, por 12(doze) meses ao Comando Militar do Sul, onde esse material deverá ser recolhido, mantido, lubrificado (se for o caso) e entregue no local onde foi recolhido. A coleta do material deverá ser quanto a OM apresentar a necessidade dos serviços.

DA SITUAÇÃO ATUAL:

Atualmente a Base é responsável pela confecção do pregão de serviço de manutenção de bens e moveis de acordo com a necessidade do Batalhão. Nessa perspectiva, se torna imprescindível a aquisição desse serviço para a realização das tarefa e, com isso, continuar a Administração Pública.

DA AQUISIÇÃO:

A aquisição poderá ser total ou dividida item a item do objeto mediante o processo de pregão eletrônico.

DA FINALIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A contratação visa manter o suprimento para o emprego dos meios necessários ao cumprimento das atribuições no âmbito do Exército Brasileiro.

DA SOLUÇÃO ENCONTRADA:

Por meio da pesquisa de mercado realizada, foi adotada a opção de aquisição do objeto total ou item a item por meio de pregão eletrônico.

ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA ORGANIZAÇÃO MILITAR

Esta contratação está alinhada com o Plano de Gestão publicado no Aditamento ao Boletim Interno nº 172 de 20 de outubro de 2022, nos seguintes aspectos:

Melhorar constantemente a capacidade de trabalho nos campos: Orgânico, atividades, pessoal e instalações;

Manter o bom funcionamento das instalações e atividades dos militares do Batalhão;

Permitir a continuidade do suprimento e aperfeiçoar as atividades do Batalhão.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Dos requisitos necessários ao atendimento da necessidadeSerá exigido atestado de qualificação técnico-profissional;

Comprovação da aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o item do objeto deverá ser feita por meio de atestados fornecidos por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado;

A licitante que possuir apenas um atestado também poderá ser tecnicamente capaz de executar o objeto do certame;

A prestação de Serviço será no endereço comercial da OM: Av. Theodomiro Porto da Fonseca, Nr 908, Bairro Cristo Rei, Cidade de São Leopoldo-RS, CEP: 93020-654 e demais Organizações Militares participantes;

Realizar o serviço no endereço comercial da OM sem nenhum tipo de custo adicional;

O prazo para realização do serviço do objeto será de no máximo 30 dias corridos, a contar da data de envio da Nota de Empenho;

No caso dos itens com garantia do fabricante, ficará a cargo da contratada a coleta e devolução do material, caso haja necessidade de troca ou manutenção;

Da Natureza continuada ou não dos serviços

A licitação a qual se refere esse estudo técnico preliminar não se destina a serviços de natureza continuada.

Dos critérios e práticas de sustentabilidade: A contratada deverá seguir os critérios estabelecidos pelas leis federais Nr6.938, de 31 de agosto de 1981; Nr 12.187, de 29 de dezembro de 2009 e Nr 12.305, de 2 de agosto de 2010.

Da duração inicial do contrato: A presente licitação terá duração de 12 meses a partir da data de homologação da ata.

Da transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas: Não há necessidade de transferências de tecnologia.

DEMANDA PREVISTA

Da quantidade de cada item

Quanto à análise entre a demanda prevista e a quantidade de cada item, a fim de se evitar aditivos contratuais desnecessários ou mesmo a necessidade de se realizar nova licitação, com consequente perda de economia de escala, a equipe chegou ao seguinte quadro:

NR	CATSE RV	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	QNT	UN
01	20796	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em câmara de congelamento , composta de revisão eletroeletrônica, aplicação e fornecimento das peças, listadas: solenoide, controladores TC 900, 03(três) micro ventiladores 1/25, 03(três) resistências para degelo evaporadora de 03(três) ventiladores, Sensor S1 - temperatura ambiente, S2 - temperatura de evaporação, chaves contadoras do compressor 32A, contactora degelo 25A, contatora evaporadora 12A, relé falta de fase, rele de sobrecarga, pressostato de baixa, pressostato de alta, troca do entilador da condensadora Ø450mm 3F220 /380, apresentar OS com todos os testes de segurança e validação do serviço. Todo o material utilizado para manutenção, ficará a cargo da contratada.	72	SV

02	20796	<p>Serviço de manutenção preventiva e corretiva em câmara de congelamento composta de revisão eletroeletrônica, higienização do sistema frigorífero, lavagem das unidades interna e externa, revisão do sistema de drenagem, lavagem</p> <p>das placas com hidrojateamento com produtos biodegradáveis, carga de gás com fornecimento de gás incluso, e balanceamento termodinâmico e testes de validação do serviço.</p>	64	SV
03	20796	<p>Serviço de manutenção preventiva e corretiva em câmara de congelamento, substituição com fornecimento de unidade condensadora para sistema de frigorífica de CONGELADO, capacidade de 3.848 Kcal/H, TE -20°C, TA43°C. Fluido refrigerante (R404), 220-3F, todos os materiais inclusos na proposta, balanceamento termodinâmico e testes de validação do serviço.</p>	64	SV
04	3670	<p>Serviço de manutenção preventiva em câmara de resfriamento, composta de revisão eletroeletrônica, higienização do sistema frigorífero, lavagem das unidades interna e externa, revisão do sistema de drenagem, lavagem das placas com hidrojateamento com produtos biodegradáveis, carga de gás com fornecimento de gás incluso, balanceamento termodinâmico e testes de validação do serviço.</p>	63	SV
05	3506	<p>Serviço de manutenção corretiva em aparelhos de refrigeração: freezer marca electrolux, consul ou similar, incluso todo material necessário, troca ou reabastecimento de gás.</p>	87	SV

06	3670	<p>Serviço de instalação e manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado SIMILAR SPLIT 12.000 BTU's, Preventiva; - Serviço de instalação de ar condicionado split de 12.000 BTU'S, englobando: instalação (UNIDADE INTERNA E EXTERNA), a fixação da unidade condensadora e evaporadora (até 3 metros de linha entre as unidades) utilizando-se nas linhas frigoríferas, cobre eletrolítico, tubo esponjoso térmico anti-chama, fios para interligação das unidades interna e externa tipo pp e fita branca em pvc para acabamento. (DRENAGEM) o dreno será levado até a parte externa da unidade evaporadora, por meio de mangueira tipo cristal, parede de 2mm de diâmetro, espessura 5/8, sendo de responsabilidade da contratante o prosseguimento do destino final da drenagem. (FIXAÇÃO DA CONDENSADORA) serão fixadas por suportes tipo mão francesas, em aço inox ou galvanizado, devidamente avaliado por laboratório acreditado pelo INMETRO, atendendo a NBR 16655-1:2018, esta exigência se faz necessária para garantir a integridade dos suportes durante sua vida útil, evitando assim graves acidentes devido a possibilidade de queda de aparelhos de ar-condicionado. Incluirá, ainda, vácuo no sistema, carga de gás de 1kg e teste de funcionamento. A licitante deverá indicar detalhadamente os respectivos materiais necessários na utilização da respectiva instalação.</p>	406	SV
----	------	--	-----	----

07	3670	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em câmara de resfriamento , substituição com fornecimento de compressor para sistema de frigorífica de congelados, capacidade de 6.764 Kcal/H, TE 5°C, TA43° C. Fluido refrigerante (R22), 220-3F, todos os materiais inclusos na proposta, balanceamento termodinâmico e testes de validação do serviço.	55	SV
08	3506	Serviço de manutenção corretiva em: Serviço de manutenção corretiva em: refresqueira com corpo em aço inox. Possui duas cubas em colipoliester, com capacidade de 15 litros cada. Sistema de agito com pá (mexedor), voltagem 220V. Marca begel, venâncio ou similar. Troca do compressor 1/5 R134A - 220V.	72	SV
09	3670	Serviço de manutenção corretiva em: liquidificador industrial, cap. 25l, marca vitalex ou similar, rebobinagem do motor elétrico. Todo o material utilizado para manutenção, ficará a cargo da contratada.	60	SV

10	3670	Serviço de manutenção corretiva em: liquidificador industrial, cap. 25l , marca vitalex ou similar, troca das laminas. Todo o material utilizado para manutenção, ficará a cargo da contratada.	72	SV
11	3670	Serviço de manutenção corretiva: amassadeira rápida, capacidade 25kg , trifásico de padaria industrial, marca venâncio ou similar, incluindo revisão da parte elétrica, limpeza.	32	SV
12	3670	Manutenção de máquina de gelo em cubos, com capacidade para produzir 50 kg a 150 kg por dia e com depósito de 5kg: recompletamento do gás de refrigeração. Todo o material utilizado para manutenção, ficará a cargo da contratada.	42	SV
13	3670	Manutenção de tubulação de gás GLP com capacidade de 1 a 10 entradas – serviço de substituição de tubulação de gás GLP de sistema gás P45: com troca de válvula de alta pressão 30KG, Troca de mangote 70cm, troca de tubo de cobre classe A – 15mm-pintado e Troca de Mangote flexível metálico-1,0M.	90	SV
14	3670	Serviço de manutenção corretiva em cafeteira café expresso, marca expressione orion fam 620t ou similar: com troca de resistência e sensor de temperatura.	40	SV
15	3670	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em coifa, exaustores: revisão elétrica, limpeza leve sem desmontagem, sem aplicação de peças;	49	SV

16	3670	Serviço de manutenção corretiva em aparelhos de refrigeração: bebedouros , incluso todo o material necessário: troca de compressores de bebedouro e Troca do refil de filtro, Tipo Carbon Block 9.3/4".	97	SV
17	3670	Serviço de manutenção corretiva em aparelhos de refrigeração: freezer marca electrolux, cònsul ou similar , incluso todo material necessário: Troca do compressor 1/3+ R134A - 220V e troca de filtro secador.	101	SV
18	3670	Serviço de manutenção corretiva em aparelhos de refrigeração: geladeira , incluso todo material necessário para Troca do compressor de geladeira 1/5+ R134A - 220V capacidade menor que 400L.	66	SV
19	3670	Serviço de manutenção corretiva em amaciador de bife em alumínio anodizado , incluindo Troca do kit completo NR-12 e Rebobinagem motor 1.5 CV;	39	SV
20	3670	Serviço de manutenção corretiva em equipamento de cozinha fogão industrial de 4 a 8 bocas, em aço: Troca de registro, valor por unidade e Troca de queimador duplo Ø160mm, valor por unidade	59	SV

21	3670	Serviço de manutenção corretiva em equipamento de cozinha moedor de carne 50 kg/h, incluindo substituição das peças e componentes avariados: Rebobinagem motor 1.5 CV; Troca da navalha boca 98 e Troca da arruela de encosto boca 98.	52	SV
22	3670	Serviço de manutenção corretiva em equipamento de padaria modeladora de pães , marca Venâncio ou similar, incluindo substituição de todas as peças e componentes avariados: Troca da corrente de comando, Troca da cremalheira de abertura dos rolos.	39	SV
23	3670	Serviço de manutenção corretiva em: liquidificador industrial , cap. Até 25 l, marca vitalex ou similar, incluindo substituição rebobinagem do motor elétrico 1CV.	51	SV
24	3670	Serviço de manutenção preventiva e corretiva com reforma de fogão de campanha Troca de grelha 30 x 30, valor por unidade e Troca de injetor, valor por unidade.	55	SV
25	3670	Serviço de manutenção preventiva e corretiva de Buffet térmico quente ou frio com Troca resistência 2200W 220V e revisão elétrica, limpeza, sem aplicação de peças;	76	SV
		Serviço de manutenção preventiva e corretiva em: multiprocessador de alimentos , com as seguintes funções; cortar em cubos e palitos frutas e		

26	3670	legumes, desfiar e ralar queijos, fatiar em rodela finas, marca beccaro ou similar, voltagem 220w. Serviço de Rebobinagem motor de 1/2 CV; Troca dos rolamentos e Troca da correia.	42	SV
27	3670	Serviço de manutenção preventiva e corretiva extrator de suco com Troca do retentor e Troca dos rolamentos.	42	SV
28	3670	Serviço de manutenção preventiva e corretiva: sanduicheira dupla prensa elétrica: Troca do termostato 20°C a 300°C; e Manutenção preventiva, revisão elétrica, limpeza, sem aplicação de peças.	71	SV
29	3670	Serviço de manutenção preventiva e corretiva: forno industrial turbo gás, 5 a 15 esteiras, marca progás, venâncio ou similar, Troca do controlador, Troca do sensor de chama e Troca do vidro da porta.	55	SV
30	3670	Serviço de manutenção preventiva e corretiva: forno industrial elétrico, 220v ou 380v, 5 a 15 esteiras, marca progás, venâncio ou similar, Troca da Contactora do ventilador, Troca da válvula solenoide de gás e Troca da usina de ignição.	50	SV
31	3670	Serviço de manutenção preventiva e corretiva: máquina fatiadora de frios, tipo pratica rápido em inox, incluindo recuperação de motor, troca de rolamentos, troca de lâmina, sistema elétrico e troca de peças em geral por conta do fornecedor.	56	SV
32	3670	Serviço de manutenção preventiva e corretiva: bateadeira de massas planetária, incluindo Rebobinagem motor de 1/2 CV, troca dos rolamentos e Troca do fim de curso da tampa.	37	SV

33	3670	Serviço de manutenção preventiva e corretiva: máquina divisória de massas de 30 unidades tipo alavanca, para padaria industrial, marca venâncio ou similar, incluindo Serviço de solda,Troca das molas e Troca da cremalheira.	33	SV
34	3670	Serviço de manutenção preventiva e corretiva: amassadeira espiral, capacidade 25 kg ou mais, trifásico de padaria industrial, qualquer marca, Serviço de usinagem do eixo do batedor, Rebobinagem motor de 3 CV, Troca do motor 3CV - em caso que quebra do eixo, Troca dos dolamentos do eixo de transmissão.	44	SV
35	3670	Serviço de manutenção preventiva e corretiva: tipo EGC-100A ou similar, máquina de gelo 50 a 150 kg - manutenção da máquina de gelo em cubos, o serviço inclui Troca do Condensadora para compressor 1/3+, Troca do Filtro Secador e Troca da placa de comando.	54	SV
36	3670	Serviço de manutenção preventiva e corretiva: cilindro soador de coluna, trifásico de padaria industrial, marca venâncio ou similar - incluindo Troca dos rolamentos dos eixos, Troca da engrenagem de regulagem de abertura dos rolos e Troca da polia do motor.	26	SV

37	3670	Serviço de manutenção preventiva e corretiva: refresqueira, em inox, com até 2 (duas) torneiras, capacidade até 150 litros , marca begel ou similar - industrial serviço de Troca do compressor 1/3 R134A - 220V, Pressurização com nitrogênio, Troca do Filtro Secador e Retirada de pontos de ferrugem;	55	SV
38	3670	Serviço de manutenção preventiva e corretiva: cafeteira industrial de 15 a 30 litros , com Troca resistência 1500W 220V, Troca do termostato 20°C a 120°C e Troca contactora 32A 220V.	57	SV
39	3670	Serviço de manutenção preventiva e corretiva: passthrough quente ou frio , marca frilux ou similar, Troca contactora 32A 220V, Troca do Controlador MT-512, Troca da fechadura da porta, valor por porta e Troca do cabo de alimentação PP 3X2,50mm, valor por metro.	63	SV
40	3670	Serviço de manutenção corretiva e preventiva, de câmara de controle de fermentação de pão , incluindo: Troca do Condensadora para compressor 1/3+, Instalação de Valvula de serviço, Troca do compressor 1/3+ R134A - 220V .	40	SV
41	3670	Serviço de manutenção corretiva e preventiva em caldeirões a vapor 200L ou mais. Serviços a serem executados- substituição das válvulas, mangueiras, conexões, registros e limpeza externa.	44	SV
42	3670	Serviço de manutenção corretiva em máquina fritadeira, tipo Fritador elétrico água e óleo , 5 cestos FGE-05 ou similar incluso: Troca resistência 6000W 220V, Troca do cabo de alimentação PP 4X6,00mm, valor por metro e Troca do termostato 50°C a 300°C.	34	SV

43	3670	Serviço de manutenção preventiva e corretiva de refrigerador expositor inox 6 portas , Troca do Condensadora para compressor 3/4, Limpeza do Sistema com R141B ou Similar, Pressurização com nitrogênio e Troca do Controlador MT-512.	51	SV
		Serviço de manutenção preventiva e corretiva em caldeira a vapor marca “MERNAK”, capacidade de 500 Kg/h, com todo material incluso, conserto de bombas, substituição dos fusíveis, substituir retentores dos mancais dos ventiladores, substituição das conexões de interligação de água e dreno sendo registros, joelho, niples e redução; revisão e manutenção dos grifos de segurança com substituição se necessário; revisão e manutenção das válvulas de segurança, substituição do isolamento térmico em lã de vidro; substituição da borracha de vedação da tampa; limpeza, regulagens e pinturas; manutenção e substituição da rede elétrica e do quadro de comando da caldeira, de revisão e manutenção de todo o sistema de funcionamento de caldeira à vapor em questão, troca de parafusos, incluindo a troca de todos os componentes elétricos, seja os fios, disjuntores ou qualquer outro equipamento que se apresente velho ou estragado, tubulações em geral, entrada e saída de vapor, e de água.		

44	3670		22	SV
45	3670	Serviço de manutenção em equipamentos de serralharia. Serviço de manutenção, reparo e conservação no que se refere a retífica da moto serra HUSQVARNA 281 XP á Gasolina.	53	SV
46	3670	Serviço de manutenção de geladeiras e bebedouros. Manutenção corretiva em bebedouros industriais SIMILAR (3 ou 2 torneiras), incluindo Troca do compressor 1/5 R134A - 220V e Troca do Condensadora para compressor 1/5.	205	SV
47	3670	Serviço de manutenção de compressores. Compressor elétrico de ar comprimido respirável SIMILAR NARDI PACIFC 210 (200 e 300 BAR) D16. Fornecimento e substituição de todos os componentes elétricos, peças do motor e revisão elétrica.	44	SV

		<p>Serviço de instalação e manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado SIMILAR SPLIT 9.000 BTU's, Preventiva; - Serviço de instalação de ar condicionado split de</p> <p>9.000 BTU'S, englobando: instalação (UNIDADE INTERNA E EXTERNA), a fixação da unidade condensadora e evaporadora (até 3 metros de linha entre as unidades) utilizando-se nas linhas frigorígenas, cobre eletrolítico, tubo esponjoso térmico anti-chama, fios para interligação das unidades interna e externa tipo pp e fita branca em pvc para acabamento. (DRENAGEM) o dreno será levado até a parte externa da unidade evaporadora, por meio de mangueira tipo cristal, parede de 2mm de diâmetro, espessura 5/8, sendo de responsabilidade da contratante o prosseguimento do destino final da drenagem. (FIXAÇÃO DA CONDENSADORA) serão fixadas por suportes tipo mão francesas, em aço inox ou galvanizado, devidamente avaliado por laboratório acreditado pelo INMETRO, atendendo a NBR 16655-1:2018, esta exigência se faz necessária para garantir a integridade dos suportes durante sua vida útil, evitando assim graves acidentes devido a possibilidade de queda de aparelhos de ar-condicionado. Incluirá, ainda, vácuo no sistema, carga de gás de 1kg e teste de funcionamento. A licitante deverá indicar detalhadamente os respectivos materiais necessários na utilização da respectiva instalação.</p>		
--	--	---	--	--

48	3670			276	SV
----	------	--	--	-----	----

49	3670	<p>Serviço de instalação e manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado SIMILAR SPLIT 24.000 BTU's, Preventiva; - Serviço de instalação de ar condicionado split de</p> <p>24.000 BTU'S, englobando: instalação (UNIDADE INTERNA E EXTERNA), a fixação da unidade condensadora e evaporadora (até 3 metros de linha entre as unidades) utilizando-se nas linhas frigorígenas, cobre eletrolítico, tubo esponjoso térmico anti-chama, fios para interligação das unidades interna e externa tipo pp e fita branca em pvc para acabamento. (DRENAGEM) o dreno será levado até a parte externa da unidade evaporadora, por meio de mangueira tipo cristal, parede de 2mm de diâmetro, espessura 5/8, sendo de responsabilidade da contratante o prosseguimento do destino final da drenagem. (FIXAÇÃO DA CONDENSADORA) serão fixadas por suportes tipo mão francesas, em aço inox ou galvanizado, devidamente avaliado por laboratório acreditado pelo INMETRO, atendendo a NBR 16655-1:2018, esta exigência se faz necessária para garantir a integridade dos suportes durante sua vida útil, evitando assim graves acidentes devido a possibilidade de queda de aparelhos de ar-condicionado. Incluirá, ainda, vácuo no sistema, carga de gás de 1kg e teste de funcionamento. A licitante deverá indicar detalhadamente os respectivos materiais necessários na utilização da respectiva instalação.</p>	267	SV
----	------	---	-----	----

50	3670	<p>Serviço de instalação e manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado SIMILAR SPLIT 7.500 BTU's, Preventiva; - Serviço de instalação de ar condicionado split de</p> <p>7.500 BTU'S, englobando: instalação (UNIDADE INTERNA E EXTERNA), a fixação da unidade condensadora e evaporadora (até 3 metros de linha entre as unidades) utilizando-se nas linhas frigorígenas, cobre eletrolítico, tubo esponjoso térmico anti-chama, fios para interligação das unidades interna e externa tipo pp e fita branca em pvc para acabamento. (DRENAGEM) o dreno será levado até a parte externa da unidade evaporadora, por meio de mangueira tipo cristal, parede de 2mm de diâmetro, espessura 5/8, sendo de responsabilidade da contratante o prosseguimento do destino final da drenagem. (FIXAÇÃO DA CONDENSADORA) serão fixadas por suportes tipo mão francesas, em aço inox ou galvanizado, devidamente avaliado por laboratório acreditado pelo INMETRO, atendendo a NBR 16655-1:2018, esta exigência se faz necessária para garantir a integridade dos suportes durante sua vida útil, evitando assim graves acidentes devido a possibilidade de queda de aparelhos de ar-condicionado. Incluirá, ainda, vácuo no sistema, carga de gás de 1kg e teste de funcionamento. A licitante deverá indicar detalhadamente os respectivos materiais necessários na utilização da respectiva instalação.</p>	213	SV
----	------	---	-----	----

51	3670	<p>Serviço de instalação e manutenção preventiva e corretiva e instalação em aparelho de ar condicionado SIMILAR SPLIT 22.000 BTU's, Preventiva; - Serviço de instalação de ar condicionado split de</p> <p>22.000 BTU'S, englobando: instalação (UNIDADE INTERNA E EXTERNA), a fixação da unidade condensadora e evaporadora (até 3 metros de linha entre as unidades) utilizando-se nas linhas frigorígenas, cobre eletrolítico, tubo esponjoso térmico anti-chama, fios para interligação das unidades interna e externa tipo pp e fita branca em pvc para acabamento. (DRENAGEM) o dreno será levado até a parte externa da unidade evaporadora, por meio de mangueira tipo cristal, parede de 2mm de diâmetro, espessura 5/8, sendo de responsabilidade da contratante o prosseguimento do destino final da drenagem. (FIXAÇÃO DA CONDENSADORA) serão fixadas por suportes tipo mão francesas, em aço inox ou galvanizado, devidamente avaliado por laboratório acreditado pelo INMETRO, atendendo a NBR 16655-1:2018, esta exigência se faz necessária para garantir a integridade dos suportes durante sua vida útil, evitando assim graves acidentes devido a possibilidade de queda de aparelhos de ar-condicionado. Incluirá, ainda, vácuo no sistema, carga de gás de 1kg e teste de funcionamento. A licitante deverá indicar detalhadamente os respectivos materiais necessários na utilização da respectiva instalação.</p>	168	SV
----	------	--	-----	----

		<p>Serviço de instalação e manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado SIMILAR SPLIT 18.000 BTU's, Preventiva; - Serviço de instalação de ar condicionado split de</p>		
--	--	--	--	--

52	3670	<p>18.000 BTU'S, englobando: instalação (UNIDADE INTERNA E EXTERNA), a fixação da unidade condensadora e evaporadora (até 3 metros de linha entre as unidades) utilizando-se nas linhas frigorígenas, cobre eletrolítico, tubo esponjoso térmico anti-chama, fios para interligação das unidades interna e externa tipo pp e fita branca em pvc para acabamento. (DRENAGEM) o dreno será levado até a parte externa da unidade evaporadora, por meio de mangueira tipo cristal, parede de 2mm de diâmetro, espessura 5/8, sendo de responsabilidade da contratante o prosseguimento do destino final da drenagem. (FIXAÇÃO DA CONDENSADORA) serão fixadas por suportes tipo mão francesas, em aço inox ou galvanizado, devidamente avaliado por laboratório acreditado pelo INMETRO, atendendo a NBR 16655-1:2018, esta exigência se faz necessária para garantir a integridade dos suportes durante sua vida útil, evitando assim graves acidentes devido a possibilidade de queda de aparelhos de ar-condicionado. Incluirá, ainda, vácuo no sistema, carga de gás de 1kg e teste de funcionamento. A licitante deverá indicar detalhadamente os respectivos materiais necessários na utilização da respectiva instalação.</p>	354	SV
----	------	--	-----	----

53	3670	<p>Serviço de instalação e manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado SIMILAR SPLIT 30.000 BTU's, Preventiva; - Serviço de instalação de ar condicionado split de</p> <p>30.000 BTU'S, englobando: instalação (UNIDADE INTERNA E EXTERNA), a fixação da unidade condensadora e evaporadora (até 3 metros de linha entre as unidades) utilizando-se nas linhas frigorígenas, cobre eletrolítico, tubo esponjoso térmico anti-chama, fios para interligação das unidades interna e externa tipo pp e fita branca em pvc para acabamento. (DRENAGEM) o dreno será levado até a parte externa da unidade evaporadora, por meio de mangueira tipo cristal, parede de 2mm de diâmetro, espessura 5/8, sendo de responsabilidade da contratante o prosseguimento do destino final da drenagem. (FIXAÇÃO DA CONDENSADORA) serão fixadas por suportes tipo mão francesas, em aço inox ou galvanizado, devidamente avaliado por laboratório acreditado pelo INMETRO, atendendo a NBR 16655-1:2018, esta exigência se faz necessária para garantir a integridade dos suportes durante sua vida útil, evitando assim graves acidentes devido a possibilidade de queda de aparelhos de ar-condicionado. Incluirá, ainda, vácuo no sistema, carga de gás de 1kg e teste de funcionamento. A licitante deverá indicar detalhadamente os respectivos materiais necessários na utilização da respectiva instalação.</p>	158	SV
----	------	---	-----	----

54	3670	<p>Serviço de instalação e manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado SIMILAR SPLIT 60.000 BTU's, Preventiva; - Serviço de instalação de ar condicionado split de</p> <p>60.000 BTU'S, englobando: instalação (UNIDADE INTERNA E EXTERNA), a fixação da unidade condensadora e evaporadora (até 3 metros de linha entre as unidades) utilizando-se nas linhas frigorígenas, cobre eletrolítico, tubo esponjoso térmico anti-chama, fios para interligação das unidades interna e externa tipo pp e fita branca em pvc para acabamento. (DRENAGEM) o dreno será levado até a parte externa da unidade evaporadora, por meio de mangueira tipo cristal, parede de 2mm de diâmetro, espessura 5/8, sendo de responsabilidade da contratante o prosseguimento do destino final da drenagem. (FIXAÇÃO DA CONDENSADORA) serão fixadas por suportes tipo mão francesas, em aço inox ou galvanizado, devidamente avaliado por laboratório acreditado pelo INMETRO, atendendo a NBR 16655-1:2018, esta exigência se faz necessária para garantir a integridade dos suportes durante sua vida útil, evitando assim graves acidentes devido a possibilidade de queda de aparelhos de ar-condicionado. Incluirá, ainda, vácuo no sistema, carga de gás de 1kg e teste de funcionamento. A licitante deverá indicar detalhadamente os respectivos materiais necessários na utilização da respectiva instalação.</p>	198	SV
----	------	---	-----	----

Do método aplicado e memória de cálculo para estimativa das quantidades

O método de cálculo foi baseado em planilhas de consumo das Organizações Militares presentes no GCALC em anos anteriores.

Item	Método de Estimativa	Memória de cálculo Documentação suporte
1	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
2	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
3	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
4	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
5	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço

6	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço

7	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
8	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
9	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
10	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
11	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
12	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
13	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço

14	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
15	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
16	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
17	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
18	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
19	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
20	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
21	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
22	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
23	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
24	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
25	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço

26	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
27	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
28	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
29	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
30	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
31	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
32	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
33	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
34	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
35	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
36	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
37	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
38	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
39	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
40	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
41	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
42	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
43	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
44	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
45	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
46	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
47	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
48	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço

49	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
50	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
51	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
52	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
53	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço
54	Unidade x Quantidade estimada	Ficha Histórico de Serviço

Da necessidade de materiais específicos

Não há necessidade de materiais específicos para a execução dos serviços, uma vez que todos os insumos necessários são de fácil aquisição no mercado local, em conformidade com os requisitos do Art. 18, §1º, II, da Lei nº 14.133/2021[1][2][3]. Contudo, a mão de obra especializada apresenta oferta restrita na região, demandando comprovação de experiência técnica e capacidade operacional por parte das licitantes (ex.: atestados de serviços similares e formação comprovada).

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Base Administrativa	LUIZ ALEXANDRE BRAGA RUZENE – CAP, VAGNER ILSON BORGES – 1º SGT, VITOR MATHEUS DE OLIVEIRA – 3º SGT

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Dos requisitos necessários ao atendimento da necessidade

Será exigido atestado de qualificação técnico-profissional;

Comprovação da aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o item do objeto deverá ser feita por meio de atestados fornecidos por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado;

A licitante que possuir apenas um atestado também poderá ser tecnicamente capaz de executar o objeto do certame;

A prestação de Serviço será no endereço comercial dasOMs atendidas pelo processo licitatório;

Realizar o serviço no endereço comercial da OM sem nenhum tipo de custo adicional;

O prazo para realização do serviço do objeto será de no máximo 30 dias corridos, a contar da data de envio da Nota de Empenho;

No caso dos itens com garantia do fabricante, ficará a cargo da contratada a coleta e devolução do material, caso haja necessidade de troca ou manutenção;

GESTÃO DE RISCOS

A Metodologia de Gestão de Riscos adotada é baseada no referencial presente na obra “Gerenciamento de Riscos Corporativos – Estrutura Integrada” publicada pelo *CommitteefSponsoringOrganizationsof The TreadwayCommission* (COSO), conhecido por COSO ERM.

Identificação de Riscos

A equipe chegou à seguinte matriz de identificação de riscos quanto a este processo de aquisição:

Categorias de Riscos	Riscos
Estratégico	R1 – Aquisição não alinhada com o Planejamento Estratégico da OM
Operacional	R2 – Desconhecimento do processo a ser feito
	R3 – Desajustes de adequação ambiental
	R4 – Falha na especificação do objeto
	R5 – Falha na estimativa de preço
	R6 – Seleção de fornecedor sem qualificação
	R7 – Ausência de linhas de controle
Imagem	R8 – Comprometimento da confiança da sociedade
Conformidade	R9 – Não cumprimento de normas
Pessoal	R10 – Pessoal sem capacitação

Material	R11 – Ausência de materiais/insumos para elaborar os estudos
Orçamentário- Financeiro	R12 – Corte/contingenciamento de recursos
	R13 – Atraso ou recebimento parcial de crédito destinado ao atendimento das necessidades da OM
Tecnológico	R14 – Ausência de rede/internet
Segurança da Informação	R15 – Divulgação de informações sobre a licitação

Meio Ambiente	R16 – Poluição, contaminação da água, solo, ar
Político	R17 – Despriorização política

Probabilidade dos Riscos

Os termos relacionados à probabilidade são assim descritos em termos qualitativos:

Níve l	Valor	Descrição
1	Muito Baixa	Evento extraordinário para os padrões conhecidos da gestão e operação do processo. Embora possa assumir dimensão estratégica para a manutenção do processo, não há histórico disponível de sua ocorrência. O evento pode ocorrer apenas em circunstâncias excepcionais
2	Baixa	Evento casual, inesperado. Muito embora raro, há histórico de sua ocorrência por parte dos principais gestores e operadores do processo. O evento pode ocorrer em algum momento.
3	Média	Evento esperado, que se reproduz com frequência reduzida, porém constante. Seu histórico de ocorrência é de conhecimento da maioria dos gestores e operadores do processo. O evento deve ocorrer em algum momento
4	Alta	Evento usual, corriqueiro. Devido à sua ocorrência habitual ou conhecida em uma dezena ou mais de casos, aproximadamente, seu histórico é amplamente conhecido por parte de gestores e operadores do processo. O evento provavelmente ocorre na maioria das circunstâncias
5	Muito Alta	Evento se reproduz muitas vezes, se repete seguidamente, de maneira assídua, numerosa e, não raro, de modo acelerado. Interfere de modo claro no ritmo das atividades, sendo evidente para os que conhecem o processo. O evento é esperado na maioria das circunstâncias.

Impacto dos Riscos

Os termos relacionados ao impacto de riscos são descritos em termos qualitativos como:

Níve l	Valor	Descrição
1	Muito Baixa	Degradação de operações, atividades, projetos, programas ou processos da organização, porém causando impactos mínimos nos objetivos (de tempo, prazo, custo, quantidade, qualidade, acesso, escopo, imagem etc) relacionados ao atendimento de metas, padrões ou à capacidade de entrega de produtos/serviços às partes interessadas (clientes internos e externos, beneficiários). O impacto é mínimo no alcance das ações de gestão.
2	Baixa	Degradação de operações, atividades, projetos, programas ou processos da organização, causando impactos pequenos nos objetivos. O impacto é pouco relevante ao alcance das ações de gestão
3	Média	Interrupção de operações, atividades, projetos, programas ou processos da organização, causando impactos significativos nos objetivos, porém recuperáveis. O impacto é significativo no alcance das ações de gestão
4	Alta	Interrupção de operações, atividades, projetos, programas ou processos da organização, causando impactos de reversão muito difícil nos objetivos. O impacto compromete acentuadamente às ações de gestão, os objetivos estratégicos podem ser fortemente comprometidos.
5	Muito Alta	Interrupção abrupta de operações, atividades, projetos, programas ou processos da organização, influenciando fortemente outros processos e causando impactos nos objetivos de difícil reversão. O impacto ocasiona colapso às ações de gestão, a viabilidade estratégica pode ser comprometida.

A parametrização e classificação dos níveis de risco, mediante a combinação das dimensões probabilidade x impacto foi arbitrada como se segue:

Tipo	Área	Pontuaç ão	Providências
Extremo	Vermelha	15 a 25	Ação imediata de proteção e prevenção
Alto	Laranja	8 a 12	Deve possuir respostas rápidas com plano de contingência, ações preventivas e monitoramento
Médio	Amarela	3 a 6	Monitoramento rotineiro constante e gestão

Baixo	Verde	1 a 2	Gestão e administração

Análise, Avaliação, Tratamento, Ações de Contingência, Comunicação, Consulta, Monitoramento e Análise Crítica de Riscos

A fim de viabilizar uma execução simples e eficiente da Gestão de Riscos, será utilizada a Matriz de Riscos e Controles (Anexo B), cujo preenchimento seguirá a ordem de apresentação dos componentes da estrutura de Gestão de Riscos adaptada do modelo do COSO ERM.

Quanto ao tratamento, são estas as respostas a riscos que podem ser adotadas:

- I. - evitar o risco: decisão de não se envolver ou agir de forma a se retirar de uma situação de risco, descontinuar as atividades. Nem sempre é possível se dar essa resposta, o que obriga a realmente tratar o risco, reduzindo-o;
- II. - aceitar e reter: manter o risco no nível atual de impacto e probabilidade, não adotar medidas para diminuir impacto/probabilidade;
- III. - aceitar e reduzir/mitigar: ações são tomadas para minimizar a probabilidade e/ou impacto do risco; e
- IV. - aceitar e transferir e/ou compartilhar o risco: atividades que visam reduzir o impacto e/ou a probabilidade de ocorrência do risco por meio da transferência ou, em alguns casos, do compartilhamento de uma parte do risco, como seguros e terceirização.

Probabilidade

Matriz Final de Exposição a Riscos

Muito alto	5					
Alto	4					
Médio	3					
Baixo	2	R1				
Muito Baixo	1		R2R3 R7	R4R 5	R8R9	R1 2 R13 R15

			R11R1 3	R6	R16 R17
	1	2	3	4	5
	Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto

Impacto

5. Levantamento de Mercado

Análise e comparação das soluções

Por existir no mercado variados técnicos prestadores de serviços e, ainda, haver empresas de pequeno, médio e grande porte que possuem condições para realizar serviço, se torna viável a, livre e justa, disputa para fornecimento por meio de licitação;

Por existir no âmbito da Administração Pública Federal outras licitações similares a pretendida com esse Estudo Técnico Preliminar é viável a abertura desta licitação.

Metodologia Aplicada

Foi utilizado o método para estimativa de preços ou meios de previsão de preços referenciais, seguindo as diretrizes de normativo publicado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; a média, por ser a mais vantajosa para a administração pública.

1. **Fontes de Pesquisa:** foi realizada a pesquisa de preços utilizando os seguintes parâmetros, observando o art. 2º da IN 05/2014-SLTI/MPOG:

() I – Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Paineis de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente - Painel de Preços (<http://paineldeprescos.planejamento.gov.br>).

- Não utilizado por não terem sido encontrados processos de compra passíveis de comparação em qualidade e dimensionamento que atendessem as necessidades conforme o objeto da pesquisa.

() II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

- Não utilizado por não terem sido encontrados processos de compra passíveis de comparação em qualidade e dimensionamento que atendessem as necessidades conforme o objeto da pesquisa.

() III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso.

(X) IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital

1. Estimativa encontrada:

Ite m	Valor Ref 01 (Gaspar Reis Junior)	Valor Ref 02 (Bischoff & Cia Ltda	Valor Ref 03 (ALG Teixeira Ltda)	Método Aplicado	Valor Estimado
1	R\$ 5.400,00	R\$ 4.500,00	R\$ 5.062,50	Média aritmética	R\$ 4.987,50
2	R\$ 3.420,00	R\$ 2.850,00	R\$ 3.206,25	Média aritmética	R\$ 3.158,75
3	R\$ 22.200,00	R\$ 18.500,00	R\$ 20.812,50	Média aritmética	R\$ 20.504,17
4	R\$ 2.580,00	R\$ 2.150,00	R\$ 2.418,75	Média aritmética	R\$ 2.382,92
5	R\$ 1.440,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.350,00	Média aritmética	R\$ 1.330,00
6	R\$ 1.920,00	R\$ 1.600,00	R\$ 1.800,00	Média aritmética	R\$ 1.773,33

7	R\$ 19.800,00	R\$ 16.500,00	R\$ 18.562,50	Média aritmética	R\$ 18.287,50
8	R\$ 2.340,00	R\$ 1.950,00	R\$ 2.193,75	Média aritmética	R\$ 2.161,25
9	R\$ 1.980,00	R\$ 1.650,00	R\$ 1.856,25	Média aritmética	R\$ 1.828,75
10	R\$ 780,00	R\$ 650,00	R\$ 731,25	Média aritmética	R\$ 720,42
11	R\$ 3.000,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.812,50	Média aritmética	R\$ 2.770,83
12	R\$ 3.900,00	R\$ 3.250,00	R\$ 3.656,25	Média aritmética	R\$ 3.602,08
13	R\$ 7.020,00	R\$ 5.850,00	R\$ 6.581,25	Média aritmética	R\$ 6.483,75
14	R\$ 1.800,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.687,50	Média aritmética	R\$ 1.662,50
15	R\$ 5.400,00	R\$ 4.500,00	R\$ 5.062,50	Média aritmética	R\$ 4.987,50
16	R\$ 2.280,00	R\$ 1.900,00	R\$ 2.137,50	Média aritmética	R\$ 2.105,83
17	R\$ 2.700,00	R\$ 2.250,00	R\$ 1.687,50	Média aritmética	R\$ 2.212,50
18	R\$ 2.640,00	R\$ 2.200,00	R\$ 2.475,00	Média aritmética	R\$ 2.438,33
19	R\$ 1.800,00	R\$ 1.500,0	R\$ 1.687,50	Média aritmética	R\$ 1.662,50
20	R\$ 2.280,00	R\$ 1.900,00	R\$ 1.687,50	Média aritmética	R\$ 1.955,83
21	R\$ 2.400,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.250,00	Média aritmética	R\$ 2.216,67
22	R\$ 3.600,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.375,00	Média aritmética	R\$ 3.325,00
23	R\$ 1.980,00	R\$ 1.650,00	R\$ 1.856,25	Média aritmética	R\$ 1.828,75
24	R\$ 780,00	R\$ 650,00	R\$ 731,25	Média aritmética	R\$ 720,42
25	R\$ 1.800,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.687,50	Média aritmética	R\$ 1.662,50
26	R\$ 2.160,00	R\$ 1.800,00	R\$ 2.025,00	Média aritmética	R\$ 1.995,00
27	R\$ 960,00	R\$ 800,00	R\$ 900,00	Média aritmética	R\$ 886,67
28	R\$ 960,00	R\$ 800,00	R\$ 900,00	Média aritmética	R\$ 886,67
29	R\$ 3.360,00	R\$ 2.800,00	R\$ 3.150,00	Média aritmética	R\$ 3.103,33

30	R\$ 3.300,00	R\$ 2.750,00	R\$ 3.093,75	Média aritmética	R\$ 3.047,92
31	R\$ 1.440,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.350,00	Média aritmética	R\$ 1.330,00
32	R\$ 3.000,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.812,50	Média aritmética	R\$ 2.770,83
33	R\$ 1.440,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.350,00	Média aritmética	R\$ 1.330,00
34	R\$ 4.200,00	R\$ 3.500,00	R\$ 3.937,50	Média aritmética	R\$ 3.879,17
35	R\$ 3.000,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.812,50	Média aritmética	R\$ 2.770,83
36	R\$ 3.480,00	R\$ 2.900,00	R\$ 3.262,50	Média aritmética	R\$ 3.214,17
37	R\$ 1.848,00	R\$ 1.540,00	R\$ 1.732,50	Média aritmética	R\$ 1.706,83
38	R\$ 1.800,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.687,50	Média aritmética	R\$ 1.662,50
39	R\$ 2.280,00	R\$ 1.900,00	R\$ 2.137,50	Média aritmética	R\$ 2.105,83
40	R\$ 2.520,00	R\$ 2.100,00	R\$ 2.362,50	Média aritmética	R\$ 2.327,50
41	R\$ 7.800,00	R\$ 6.500,00	R\$ 7.312,50	Média aritmética	R\$ 7.204,17
42	R\$ 3.120,00	R\$ 2.600,00	R\$ 2.925,00	Média aritmética	R\$ 2.881,67
43	R\$ 2.376,00	R\$ 1.980,00	R\$ 2.227,50	Média aritmética	R\$ 2.194,50
44	R\$ 11.580,00	R\$ 9.650,00	R\$ 10.856,25	Média aritmética	R\$ 10.695,42
45	R\$ 1.020,00	R\$ 850,00	R\$ 956,25	Média aritmética	R\$ 942,08
46	R\$ 1.140,00	R\$ 950,00	R\$ 1.068,75	Média aritmética	R\$ 1.052,92
47	R\$ 2.220,00	R\$ 1.850,00	R\$ 2.081,25	Média aritmética	R\$ 2.050,42
48	R\$ 2.220,00	R\$ 1.850,00	R\$ 2.081,25	Média aritmética	R\$ 2.050,42
49	R\$ 2.640,00	R\$ 2.200,00	R\$ 2.475,00	Média aritmética	R\$ 2.438,33
50	R\$ 1.980,00	R\$ 1.650,00	R\$ 1.856,25	Média aritmética	R\$ 1.828,75
51	R\$ 2.640,00	R\$ 2.200,00	R\$ 2.475,00	Média aritmética	R\$ 2.438,33

52	R\$ 2.400,00	R\$ 2.250,00	R\$ 2.250,00	Média aritmética	R\$ 2.300,00
53	R\$ 3.000,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.812,50	Média aritmética	R\$ 2.770,83
54	R\$ 4.080,00	R\$ 3.400,00	R\$ 3.825,00	Média aritmética	R\$ 3.768,33

Metodologia adotada: Respeitada a ordem de preferência legal dos incisos I e II do Art. 5º da IN SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021, foram consultados prioritariamente o Painel de Preços, que não retornou equivalentes válidos pela alta especificidade técnica dos serviços, e bases de contratações similares, localizando apenas uma Ata de Registro de Preços vigente dentro do período de 1 ano; diante dessa impossibilidade de atingir a 'cesta de preços' preconizada pelo art. 5º, procedeu-se à complementação excepcional com pesquisa direta junto a três (3) fornecedores qualificados (inciso IV), utilizando a média aritmética como método de cálculo, devidamente justificada nos autos como mais vantajosa à Administração.

Os valores estimados resultam dessa combinação, garantindo economicidade, vantajosidade e ampla participação conforme diretriz do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

Estimativa encontrada:

Ite m	Valor Ref 01 (Gaspar Reis Junior)	Valor Ref 02 (Bischoff & Cia Ltda	Valor Ref 03 (ALG Teixeira Ltda)	Método Aplicado	Valor Estimado
1	R\$ 5.400,00	R\$ 4.500,00	R\$ 5.062,50	Média aritmética	R\$ 4.987,50
2	R\$ 3.420,00	R\$ 2.850,00	R\$ 3.206,25	Média aritmética	R\$ 3.158,75
3	R\$ 22.200,00	R\$ 18.500,00	R\$ 20.812,50	Média aritmética	R\$ 20.504,17
4	R\$ 2.580,00	R\$ 2.150,00	R\$ 2.418,75	Média aritmética	R\$ 2.382,92
5	R\$ 1.440,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.350,00	Média aritmética	R\$ 1.330,00
6	R\$ 1.920,00	R\$ 1.600,00	R\$ 1.800,00	Média aritmética	R\$ 1.773,33
7	R\$ 19.800,00	R\$ 16.500,00	R\$ 18.562,50	Média aritmética	R\$ 18.287,50
8	R\$ 2.340,00	R\$ 1.950,00	R\$ 2.193,75	Média aritmética	R\$ 2.161,25
9	R\$ 1.980,00	R\$ 1.650,00	R\$ 1.856,25	Média aritmética	R\$ 1.828,75
10	R\$ 780,00	R\$ 650,00	R\$ 731,25	Média aritmética	R\$ 720,42
11	R\$ 3.000,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.812,50	Média aritmética	R\$ 2.770,83

12	R\$ 3.900,00	R\$ 3.250,00	R\$ 3.656,25	Média aritmética	R\$ 3.602,08
13	R\$ 7.020,00	R\$ 5.850,00	R\$ 6.581,25	Média aritmética	R\$ 6.483,75
14	R\$ 1.800,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.687,50	Média aritmética	R\$ 1.662,50
15	R\$ 5.400,00	R\$ 4.500,00	R\$ 5.062,50	Média aritmética	R\$ 4.987,50
16	R\$ 2.280,00	R\$ 1.900,00	R\$ 2.137,50	Média aritmética	R\$ 2.105,83
17	R\$ 2.700,00	R\$ 2.250,00	R\$ 1.687,50	Média aritmética	R\$ 2.212,50
18	R\$ 2.640,00	R\$ 2.200,00	R\$ 2.475,00	Média aritmética	R\$ 2.438,33
19	R\$ 1.800,00	R\$ 1.500,0	R\$ 1.687,50	Média aritmética	R\$ 1.662,50
20	R\$ 2.280,00	R\$ 1.900,00	R\$ 1.687,50	Média aritmética	R\$ 1.955,83
21	R\$ 2.400,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.250,00	Média aritmética	R\$ 2.216,67
22	R\$ 3.600,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.375,00	Média aritmética	R\$ 3.325,00
23	R\$ 1.980,00	R\$ 1.650,00	R\$ 1.856,25	Média aritmética	R\$ 1.828,75
24	R\$ 780,00	R\$ 650,00	R\$ 731,25	Média aritmética	R\$ 720,42
25	R\$ 1.800,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.687,50	Média aritmética	R\$ 1.662,50
26	R\$ 2.160,00	R\$ 1.800,00	R\$ 2.025,00	Média aritmética	R\$ 1.995,00
27	R\$ 960,00	R\$ 800,00	R\$ 900,00	Média aritmética	R\$ 886,67
28	R\$ 960,00	R\$ 800,00	R\$ 900,00	Média aritmética	R\$ 886,67
29	R\$ 3.360,00	R\$ 2.800,00	R\$ 3.150,00	Média aritmética	R\$ 3.103,33
30	R\$ 3.300,00	R\$ 2.750,00	R\$ 3.093,75	Média aritmética	R\$ 3.047,92
31	R\$ 1.440,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.350,00	Média aritmética	R\$ 1.330,00
32	R\$ 3.000,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.812,50	Média aritmética	R\$ 2.770,83
33	R\$ 1.440,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.350,00	Média aritmética	R\$ 1.330,00
34	R\$ 4.200,00	R\$ 3.500,00	R\$ 3.937,50	Média aritmética	R\$ 3.879,17

35	R\$ 3.000,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.812,50	Média aritmética	R\$ 2.770,83
36	R\$ 3.480,00	R\$ 2.900,00	R\$ 3.262,50	Média aritmética	R\$ 3.214,17
37	R\$ 1.848,00	R\$ 1.540,00	R\$ 1.732,50	Média aritmética	R\$ 1.706,83
38	R\$ 1.800,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.687,50	Média aritmética	R\$ 1.662,50
39	R\$ 2.280,00	R\$ 1.900,00	R\$ 2.137,50	Média aritmética	R\$ 2.105,83
40	R\$ 2.520,00	R\$ 2.100,00	R\$ 2.362,50	Média aritmética	R\$ 2.327,50
41	R\$ 7.800,00	R\$ 6.500,00	R\$ 7.312,50	Média aritmética	R\$ 7.204,17
42	R\$ 3.120,00	R\$ 2.600,00	R\$ 2.925,00	Média aritmética	R\$ 2.881,67
43	R\$ 2.376,00	R\$ 1.980,00	R\$ 2.227,50	Média aritmética	R\$ 2.194,50
44	R\$ 11.580,00	R\$ 9.650,00	R\$ 10.856,25	Média aritmética	R\$ 10.695,42
45	R\$ 1.020,00	R\$ 850,00	R\$ 956,25	Média aritmética	R\$ 942,08
46	R\$ 1.140,00	R\$ 950,00	R\$ 1.068,75	Média aritmética	R\$ 1.052,92
47	R\$ 2.220,00	R\$ 1.850,00	R\$ 2.081,25	Média aritmética	R\$ 2.050,42
48	R\$ 2.220,00	R\$ 1.850,00	R\$ 2.081,25	Média aritmética	R\$ 2.050,42
49	R\$ 2.640,00	R\$ 2.200,00	R\$ 2.475,00	Média aritmética	R\$ 2.438,33
50	R\$ 1.980,00	R\$ 1.650,00	R\$ 1.856,25	Média aritmética	R\$ 1.828,75
51	R\$ 2.640,00	R\$ 2.200,00	R\$ 2.475,00	Média aritmética	R\$ 2.438,33
52	R\$ 2.400,00	R\$ 2.250,00	R\$ 2.250,00	Média aritmética	R\$ 2.300,00
53	R\$ 3.000,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.812,50	Média aritmética	R\$ 2.770,83
54	R\$ 4.080,00	R\$ 3.400,00	R\$ 3.825,00	Média aritmética	R\$ 3.768,33

6. Descrição da solução como um todo

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução encontrada é a aquisição junto de empresas especializadas no fornecimento dos serviços.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As estimativas apresentadas foram levantadas com fundamento na tabela anexa e nos respectivos Documentos de Formalização de Demanda (DFD) das Organizações Militares participantes, os quais integram a documentação deste certame

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 13.268.445,86

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CAT SERV	UND	QNT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em câmara de congelamento, composta de revisão eletroeletrônica, aplicação e fornecimento das peças, listadas: solenoide, controladores TC 900, 03(três) micro ventiladores 1/25, 03 (três) resistências para degelo evaporadora de 03(três) ventiladores, Sensor S1 - temperatura ambiente, S2 - temperatura de evaporação, chaves contadoras do compressor 32A, contactora degelo 25A, contatora evaporadora 12A, relé falta de fase, rele de sobrecarga, pressostato de baixa, pressostato de alta, troca do entilador da condensadora 450mm 3F220/380, apresentar OS com todos os testes de segurança e validação do serviço. Todo o material utilizado para manutenção, ficará a cargo da contratada.	20796	SV	72	R\$ 4.987,50	R\$ 359.100,00
02	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em câmara de congelamento composta de revisão eletroeletrônica, higienização do sistema frigorífero, lavagem das unidades interna e externa, revisão do sistema de drenagem, lavagem das placas com hidrojateamento com produtos biodegradáveis, carga de gás com fornecimento de gás incluso, e balanceamento termodinâmico e testes de validação do serviço.	20796	SV	64	R\$3.158,75	\$ 202.160,00
03	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em câmara de congelamento, substituição com fornecimento de unidade condensadora para sistema de frigorífica de CONGELADO, capacidade de 3.848 Kcal	20796	SV	64	R\$20.504,17	R\$1.312.266,88

	/H, TE - 20°C, TA43°C. Fluido refrigerante (R404), 220-3F, todos os materiais inclusos na proposta, balanceamento termodinâmico e testes de validação do serviço.					
04	Serviço de manutenção preventiva em câmara de resfriamento, composta de revisão eletroeletrônica, higienização do sistema frigorífero, lavagem das unidades interna e externa, revisão do sistema de drenagem, lavagem das placas com hidrojateamento com produtos biodegradáveis, carga de gás com fornecimento de gás incluso, balanceamento termodinâmico e testes de validação do serviço.	3670	SV	63	R\$ 2.382,92	R\$ 150.123,96
05	Serviço de manutenção corretiva em aparelhos de refrigeração: freezer marca electrolux, consul ou similar, incluso todo material necessário, troca ou reacompletamento de gás.	3506	SV	87	R\$ 1.330,00	R\$ 115.710,00
06	Serviço de instalação e manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado SIMILAR SPLIT 12.000 BTU's, Preventiva; - Serviço de instalação de ar condicionado split de 12.000 BTU'S, englobando: instalação (UNIDADE INTERNA E EXTERNA), a fixação da unidade condensadora e evaporadora (até 3 metros de linha entre as unidades) utilizando-se nas linhas frigorígenas, cobre eletrolítico, tubo esponjoso térmico anti-chama, fios para interligação das unidades interna e externa tipo pp e fita branca em pvc para acabamento. (DRENAGEM) o dreno será levado até a parte externa da unidade evaporadora, por meio de mangueira tipo cristal, parede de 2mm de diâmetro, espessura 5/8, sendo de responsabilidade da contratante o prosseguimento do destino final da drenagem. (FIXAÇÃO DA CONDENSADORA) serão fixadas por suportes tipo mão francesas, em aço inox ou galvanizado, devidamente avaliado por laboratório acreditado pelo INMETRO, atendendo a NBR 16655-1:2018, esta exigência se faz necessária para garantir a integridade dos suportes durante sua vida útil, evitando assim graves acidentes devido a possibilidade de queda de aparelhos de ar-condicionado. Incluirá, ainda, vácuo no sistema, carga de gás de 1kg e teste de funcionamento. A licitante deverá indicar detalhadamente os respectivos materiais necessários na utilização da respectiva instalação.	3670	SV	406	R\$ 1.773,33	R\$ 719.971,98

07	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em câmara de resfriamento, substituição com fornecimento de compressor para sistema de frigorífica de congelados, capacidade de 6.764 Kcal/H, TE 5°C, TA43°C. Fluido refrigerante (R22), 220-3F, todos os materiais inclusos na proposta, balanceamento termodinâmico e testes de validação do serviço.	3670	SV	55	R\$ 18.287,50	R\$ 1.005.812,50
08	Serviço de manutenção corretiva em: Serviço de manutenção corretiva em: refresqueira com corpo em aço inox. Possui duas cubas em colipoliester, com capacidade de 15 litros cada. Sistema de agito com pá (mexedor), voltagem 220V. Marca begel, venâncio ou similar. Troca do compressor 1/5 R134A - 220V.	3506	SV	72	R\$ 2.161,25	R\$ 155.610,18
09	Serviço de manutenção corretiva em: liquidificador industrial, cap. 25l, marca vitalex ou similar, rebobinagem do motor elétrico. Todo o material utilizado para manutenção, ficará a cargo da contratada.	3670	SV	60	R\$ 1.828,75	R\$ 109.725,00
10	Serviço de manutenção corretiva em: liquidificador industrial, cap. 25l, marca vitalex ou similar, troca das laminas. Todo o material utilizado para manutenção, ficará a cargo da contratada.	3670	SV	72	R\$ 720,42	R\$ 51.870,24
11	Serviço de manutenção corretiva: amassadeira rápida, capacidade 25kg, trifásico de padaria industrial, marca venâncio ou similar, incluindo revisão da parte elétrica, limpeza.	3670	SV	32	R\$2.770,83	R\$ 88.666,56
12	Manutenção de máquina de gelo em cubos, com capacidade para produzir 50 kg a 150 kg por dia e com depósito de 5kg: reabastecimento do gás de refrigeração. Todo o material utilizado para manutenção, ficará a cargo da contratada.	3670	SV	42	R\$ 3.602,08	R\$ 151.287,36
13	Manutenção de tubulação de gás GLP com capacidade de 1 a 10 entradas – serviço de substituição de tubulação de gás GLP de sistema gás P45: com troca de válvula de alta pressão 30KG, Troca de mangote 70cm, troca de tubo de cobre classe A – 15mm-pintado e Troca de Mangote flexível metálico-1,0M.	3670	SV	90	R\$ 6.483,75	R\$583.537,50

14	Serviço de manutenção corretiva em cafeteira café expresso, marca expressione orion fam 620t ou similar: com troca de resistência e sensor de temperatura.	3670	SV	40	R\$ 1.662,50	R\$ 66.500,00
15	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em coifa, exaustores: revisão elétrica, limpeza leve sem desmontagem, sem aplicação de peças;	3670	SV	49	R\$ 4.987,50	R\$ 244.387,50
16	Serviço de manutenção corretiva em aparelhos de refrigeração: bebedouros, incluso todo o material necessário: troca de compressores de bebedouro e Troca do refil de filtro, Tipo Carbon Block 9.3/4"	3670	SV	97	R\$ 2.105,83	R\$204.265,51
17	Serviço de manutenção corretiva em aparelhos de refrigeração: freezer marca electrolux, cômulo ou similar, incluso todo material necessário: Troca do compressor 1/3+ R134A - 220V e troca de filtro secador.	3670	SV	101	R\$ 2.212,50	R\$223.462,50
18	Serviço de manutenção corretiva em aparelhos de refrigeração: geladeira, incluso todo material necessário para Troca do compressor de geladeira 1/5+ R134A - 220V capacidade menor que 400L.	3670	SV	66	R\$ 2.438,33	R\$ 160.929,78
19	Serviço de manutenção corretiva em amaciador de bife em alumínio anodizado, incluindo Troca do kit completo NR-12 e Rebobinagem motor 1.5 CV;	3670	SV	39	R\$ 1.662,50	R\$ 64.837,50
20	Serviço de manutenção corretiva em equipamento de cozinha fogão industrial de 4 a 8 bocas, em aço: Troca de registro, valor por unidade e Troca de queimador duplo Ø160mm, valor por unidade	3670	SV	59	R\$ 1.955,83	R\$ 115.393,97
21	Serviço de manutenção corretiva em equipamento de cozinha moedor de carne 50 kg/h, incluindo substituição das peças	3670	SV	52	R\$ 2.216,67	R\$ 115.266,84

	e componentes avariados: Rebobinagem motor 1.5 CV; Troca da navalha boca 98 e Troca da arruela de encosto boca 98.					
22	Serviço de manutenção corretiva em equipamento de padaria modeladora de pães, marca Venâncio ou similar, incluindo substituição de todas as peças e componentes avariados: Troca da corrente de comando, Troca da cremalheira de abertura dos rolos.	3670	SV	39	R\$ 3.325,00	R\$129.675,00
23	Serviço de manutenção corretiva em: liquidificador industrial, cap. Até 25 l, marca vitalex ou similar, incluindo substituição rebobinagem do motor elétrico 1CV.	3670	SV	51	R\$ 1.828,75	R\$ 93.266,25
24	Serviço de manutenção preventiva e corretiva com reforma de fogão de campanha Troca de grelha 30 x 30, valor por unidade e Troca de injetor, valor por unidade.	3670	SV	55	R\$ 720,42	R\$ 39623,10
25	Serviço de manutenção preventiva e corretiva de Buffet térmico quente ou frio com Troca resistência 2200W 220V e revisão elétrica, limpeza, sem aplicação de peças;	3670	SV	76	R\$ 1.662,50	R\$ 126.350,00
26	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em: multiprocessador de alimentos, com as seguintes funções; cortar em cubos e palitos frutas e legumes, desfiar e ralar queijos, fatiar em rodela finas, marca beccaro ou similar, voltagem 220w. Serviço de Rebobinagem motor de 1/2 CV; Troca dos rolamentos e Troca da correia.	3670	SV	42	R\$ 1.995,00	R\$ 83.790,00
27	Serviço de manutenção preventiva e corretiva extrator de suco com Troca do retentor e Troca dos rolamentos.	3670	SV	42	R\$ 886,67	R\$ 37.240,14
28	Serviço de manutenção preventiva e corretiva: sanduicheira dupla prensa elétrica: Troca do termostato 20°C a 300° C; e Manutenção preventiva, revisão elétrica, limpeza, sem aplicação de peças.	3670	SV	71	R\$ 886,67	R\$ 62.953,57
29	Serviço de manutenção preventiva e corretiva: forno industrial turbo gás, 5 a 15	3670	SV	55	R\$ 3.103,33	R\$170.683,15

	esteiras,marca progás, venâncio ou similar, Troca do controlador, Troca do sensor de chama e Troca do vidro da porta.					
30	Serviço de manutenção preventiva e corretiva: forno industrial elétrico, 220v ou 380v, 5 a 15 esteiras, marca progás, venâncio ou similar, Troca da Contactora do ventilador, Troca da valvula solenoide de gás e Troca da usina de ignição.	3670	SV	50	R\$ 3.047,92	R\$152.396,00
31	Serviço de manutenção preventiva e corretiva: máquina fatiadora de frios, tipo pratica rápido em inox, incluindo recuperação de motor, troca de rolamentos, troca de lâmina, sistema elétrico e troca de peças em geral por conta do fornecedor.	3670	SV	56	R\$ 1.330,00	R\$ 74.480,00
32	Serviço de manutenção preventiva e corretiva: batedeira de massas planetária, incluindo Rebobinagem motor de 1/2 CV, troca dos rolamentos e Troca do fim de curso da tampa.	3670	SV	37	R\$ 2.770,83	R\$ 102.520,71
33	Serviço de manutenção preventiva e corretiva: máquina divisória de massas de 30 unidades tipo alavanca, para padaria industrial, marca venâncio ou similar, incluindo Serviço de solda,Troca das molas e Troca da cremalheira.	3670	SV	33	R\$ 1.330,00	R\$ 43.890,00
34	Serviço de manutenção preventiva e corretiva: amassadeira espiral, capacidade 25 kg ou mais, trifásico de padaria industrial, qualquer marca, Serviço de usinagem do eixo do batedor, Rebobinagem motor de 3 CV, Troca do motor 3CV - em caso que quebra do eixo, Troca dos dolamentos do eixo de transmissão.	3670	SV	44	R\$ 3.879,17	R\$ 170.683,48
35	Serviço de manutenção preventiva e corretiva: tipo EGC-100A ou similar, máquina de gelo 50 a 150 kg - manutenção da máquina de gelo em cubos, o serviço inclui Troca do Condensadora para compressor 1/3+, Troca do Filtro Secador e Troca da placa de comando.	3670	SV	54	R\$ 2.770,83	R\$149.624,82
	Serviço de manutenção preventiva e corretiva: cilindro sovador de coluna, trifásico de padaria industrial, marca					

36	venâncio ou similar - incluindo Troca dos rolamentos dos eixos, Troca da engrenagem de regulagem de abertura dos rolos e Troca da polia do motor.	3670	SV	26	R\$ 3.214,17	R\$ 83.568,42
37	Serviço de manutenção preventiva e corretiva: refresqueira, em inox, com até 2 (duas) torneiras, capacidade até 150 litros, marca begel ou similar - industrial serviço de Troca do compressor 1/3 R134A - 220V, Pressurização com nitrogênio, Troca do Filtro Secador e Retirada de pontos de ferrugem;	3670	SV	55	R\$ 1.706,83	R\$ 93.875,65
38	Serviço de manutenção preventiva e corretiva: cafeteira industrial de 15 a 30 litros, com Troca resistência 1500W 220V, Troca do termostato 20°C a 120°C e Troca contactora 32A 220V.	3670	SV	57	R\$ 1.662,50	R\$ 94.762,50
39	Serviço de manutenção preventiva e corretiva: passthrough quente ou frio, marca frilux ou similar, Troca contactora 32A 220V, Troca do Controlador MT-512, Troca da fechadura da porta, valor por porta e Troca do cabo de alimentação PP 3X2,50mm, valor por metro.	3670	SV	63	R\$ 2.105,83	R\$132.667,29
40	Serviço de manutenção corretiva e preventiva, de câmara de controle de fermentação de pão, incluindo:Troca do Condensadora para compressor 1/3+, Instalação de Valvula de serviço, Troca do compressor 1/3+ R134A - 220V .	3670	SV	40	R\$ 2.327,50	R\$ 93.100,00
41	Serviço de manutenção corretiva e preventiva em caldeirões a vapor 200L ou mais. Serviços a serem executados- substituição das válvulas, mangueiras, conexões, registros e limpeza externa.	3670	SV	44	R\$ 7.204,17	R\$316.983,48
42	Serviço de manutenção corretiva em máquina fritadeira, tipo Fritador elétrico água e óleo, 5 cestos FGE-05 ou similar incluso: Troca resistência 6000W 220V, Troca do cabo de alimentação PP 4X6, 00mm, valor por metro e Troca do termostato 50°C a 300°C.	3670	SV	34	R\$ 2.881,67	R\$ 97.976,78

43	Serviço de manutenção preventiva e corretiva de refrigerador expositor inox 6 portas, Troca do Condensadora para compressor 3/4, Limpeza do Sistema com R141B ou Similar, Pressurização com nitrogênio e Troca do Controlador MT-512.	3670	SV	51	R\$ 2.194,50	R\$111.919,50
44	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em caldeira a vapor marca "MERNAK", capacidade de 500 Kg/h, com todo material incluso, conserto de bombas, substituição dos fusíveis, substituir retentores dos mancais dos ventiladores, substituição das conexões de interligação de água e dreno sendo registros, joelho, niples e redução; revisão e manutenção dos grifos de segurança com substituição se necessário; revisão e manutenção das válvulas de segurança, substituição do isolamento térmico em lã de vidro; substituição da borracha de vedação da tampa; limpeza, regulagens e pinturas; manutenção e substituição da rede elétrica e do quadro de comando da caldeira, de revisão e manutenção de todo o sistema de funcionamento de caldeira à vapor em questão, troca de parafusos, incluindo a troca de todos os componentes elétricos, seja os fios, disjuntores ou qualquer outro equipamento que se apresente velho ou estragado, tubulações em geral, entrada e saída de vapor, e de água.	3670	SV	22	R\$ 10.695,42	R\$235.299,24
45	Serviço de manutenção em equipamentos de serralharia. Serviço de manutenção, reparo e conservação no que se refere a retífica da moto serra HUSQVARNA 281 XP á Gasolina.	3670	SV	53	R\$ 942,08	R\$ 49.930,24
46	Serviço de manutenção de geladeiras e bebedouros. Manutenção corretiva em bebedouros industriais SIMILAR (3 ou 2 torneiras), incluindo Troca do compressor 1/5 R134A - 220V e Troca do Condensadora para compressor 1/5.	3670	SV	205	R\$ 1.052,92	R\$215848,60

47	Serviço de manutenção de compressores. Compressor elétrico de ar comprimido respirável SIMILAR NARDI PACIFC 210 (200 e 300 BAR) D16. Fornecimento e substituição de todos os componentes elétricos, peças do motor e revisão elétrica.	3670	SV	44	R\$ 2.050,42	R\$ 90.218,48
48	Serviço de instalação e manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado SIMILAR SPLIT 9.000 BTU's, Preventiva; - Serviço de instalação de ar condicionado split de 9.000 BTU'S, englobando: instalação (UNIDADE INTERNA E EXTERNA), a fixação da unidade condensadora e evaporadora (até 3 metros de linha entre as unidades) utilizando-se nas linhas frigorígenas, cobre eletrolítico, tubo esponjoso térmico anti-chama, fios para interligação das unidades interna e externa tipo pp e fita branca em pvc para acabamento. (DRENAGEM) o dreno será levado até a parte externa da unidade evaporadora, por meio de mangueira tipo cristal, parede de 2mm de diâmetro, espessura 5/8, sendo de responsabilidade da contratante o prosseguimento do destino final da drenagem. (FIXAÇÃO DA CONDENSADORA) serão fixadas por suportes tipo mão francesas, em aço inox ou galvanizado, devidamente avaliado por laboratório acreditado pelo INMETRO, atendendo a NBR 16655-1:2018, esta exigência se faz necessária para garantir a integridade dos suportes durante sua vida útil, evitando assim graves acidentes devido a possibilidade de queda de aparelhos de ar-condicionado. Incluirá, ainda, vácuo no sistema, carga de gás de 1kg e teste de funcionamento. A licitante deverá indicar detalhadamente os respectivos materiais necessários na utilização da respectiva instalação.	3670	SV	276	R\$ 2.050,42	R\$565.915,92
	Serviço de instalação manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado SIMILAR SPLIT 24.000 BTU's, Preventiva; - Serviço de instalação de ar condicionado split de 24.000 BTU'S, englobando: instalação (UNIDADE INTERNA E EXTERNA), a fixação da unidade condensadora e evaporadora (até 3 metros de linha entre as unidades)					

49	<p>utilizando-se nas linhas frigorígenas, cobre eletrolítico, tubo esponjoso térmico anti-chama, fios para interligação das unidades interna e externa tipo pp e fita branca em pvc para acabamento. (DRENAGEM) o dreno será levado até a parte externa da unidade evaporadora, por meio de mangueira tipo cristal, parede de 2mm de diâmetro, espessura 5/8, sendo de responsabilidade da contratante o prosseguimento do destino final da drenagem. (FIXAÇÃO DA CONDENSADORA) serão fixadas por suportes tipo mão francesas, em aço inox ou galvanizado, devidamente avaliado por laboratório acreditado pelo INMETRO, atendendo a NBR 16655-1:2018, esta exigência se faz necessária para garantir a integridade dos suportes durante sua vida útil, evitando assim graves acidentes devido a possibilidade de queda de aparelhos de ar-condicionado. Incluirá, ainda, vácuo no sistema, carga de gás de 1kg e teste de funcionamento. A licitante deverá indicar detalhadamente os respectivos materiais necessários na utilização da respectiva instalação.</p>	3670	SV	267	R\$ 2.438,33	R\$651.034,11
50	<p>Serviço de instalação e manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado SIMILAR SPLIT 7.500 BTU's, Preventiva; - Serviço de instalação de ar condicionado split de 7.500 BTU'S, englobando: instalação (UNIDADE INTERNA E EXTERNA), a fixação da unidade condensadora e evaporadora (até 3 metros de linha entre as unidades) utilizando-se nas linhas frigorígenas, cobre eletrolítico, tubo esponjoso térmico anti-chama, fios para interligação das unidades interna e externa tipo pp e fita branca em pvc para acabamento. (DRENAGEM) o dreno será levado até a parte externa da unidade evaporadora, por meio de mangueira tipo cristal, parede de 2mm de diâmetro, espessura 5/8, sendo de responsabilidade da contratante o prosseguimento do destino final da drenagem. (FIXAÇÃO DA CONDENSADORA) serão fixadas por suportes tipo mão francesas, em aço inox ou galvanizado, devidamente avaliado por laboratório acreditado pelo INMETRO, atendendo a NBR 16655-1:2018, esta exigência se faz necessária para garantir a integridade dos suportes durante sua vida útil, evitando assim graves acidentes devido a possibilidade de queda de aparelhos de ar-condicionado. Incluirá, ainda, vácuo no sistema, carga de gás de 1kg e teste de funcionamento. A licitante deverá indicar detalhadamente os respectivos materiais necessários na utilização da respectiva instalação.</p>	3670	SV	213	R\$ 1.828,75	R\$ 389.523,75

51	<p>Serviço de instalação e manutenção preventiva e corretiva e instalação em aparelho de ar condicionado SIMILAR SPLIT 22.000 BTU's, Preventiva; - Serviço de instalação de ar condicionado split de 22.000 BTU'S, englobando: instalação (UNIDADE INTERNA E EXTERNA), a fixação da unidade condensadora e evaporadora (até 3 metros de linha entre as unidades) utilizando-se nas linhas frigorígenas, cobre eletrolítico, tubo esponjoso térmico anti- chama, fios para interligação das unidades interna e externa tipo pp e fita branca em pvc para acabamento. (DRENAGEM) o dreno será levado até a parte externa da unidade evaporadora, por meio de mangueira tipo cristal, parede de 2mm de diâmetro, espessura 5/8, sendo de responsabilidade da contratante o prosseguimento do destino final da drenagem. (FIXAÇÃO DA CONDENSADORA) serão fixadas por suportes tipo mão francesas, em aço inox ou galvanizado, devidamente avaliado por laboratório acreditado pelo INMETRO, atendendo a NBR 16655-1:2018, esta exigência se faz necessária para garantir a integridade dos suportes durante sua vida útil, evitando assim graves acidentes devido a possibilidade de queda de aparelhos de ar-condicionado. Incluirá, ainda, vácuo no sistema, carga de gás de 1kg e teste de funcionamento. A licitante deverá indicar detalhadamente os respectivos materiais necessários na utilização da respectiva instalação.</p>	3670	SV	168	R\$ 2.438,33	R\$409.639,44
52	<p>Serviço de instalação e manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado SIMILAR SPLIT 18.000 BTU's, Preventiva; - Serviço de instalação de ar condicionado split de 18.000 BTU'S, englobando: instalação (UNIDADE INTERNA E EXTERNA), a fixação da unidade condensadora e evaporadora (até 3 metros de linha entre as unidades) utilizando-se nas linhas frigorígenas, cobre eletrolítico, tubo esponjoso térmico anti-chama, fios para interligação das unidades interna e externa tipo pp e fita branca em pvc para acabamento. (DRENAGEM) o dreno será levado até a parte externa da unidade evaporadora, por meio de mangueira tipo cristal, parede de 2mm de diâmetro, espessura 5/8, sendo de responsabilidade da contratante o prosseguimento do destino final da</p>	3670	SV	354	R\$2.300,00	R\$814.200,00

	drenagem. (FIXAÇÃO DA CONDENSADORA) serão fixadas por suportes tipo mão francesas, em aço inox ou galvanizado, devidamente avaliado por laboratório acreditado pelo INMETRO, atendendo a NBR 16655-1:2018, esta exigência se faz necessária para garantir a integridade dos suportes durante sua vida útil, evitando assim graves acidentes devido a possibilidade de queda de aparelhos de ar-condicionado. Incluirá, ainda, vácuo no sistema, carga de gás de 1kg e teste de funcionamento. A licitante deverá indicar detalhadamente os respectivos materiais necessários na utilização da respectiva instalação.					
53	<p>Serviço de instalação e manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado SIMILAR SPLIT 30.000 BTU's, Preventiva; - Serviço de instalação de ar condicionado split de 30.000 BTU'S, englobando: instalação (UNIDADE INTERNA E EXTERNA), a fixação da unidade condensadora e evaporadora (até 3 metros de linha entre as unidades) utilizando-se nas linhas frigorígenas, cobre eletrolítico, tubo esponjoso térmico anti-chama, fios para interligação das unidades interna e externa tipo pp e fita branca em pvc para acabamento. (DRENAGEM) o dreno será levado até a parte externa da unidade evaporadora, por meio de mangueira tipo cristal, parede de 2mm de diâmetro, espessura 5/8, sendo de responsabilidade da contratante o prosseguimento do destino final da drenagem. (FIXAÇÃO DA CONDENSADORA) serão fixadas por suportes tipo mão francesas, em aço inox ou galvanizado, devidamente avaliado por laboratório acreditado pelo INMETRO, atendendo a NBR 16655-1:2018, esta exigência se faz necessária para garantir a integridade dos suportes durante sua vida útil, evitando assim graves acidentes devido a possibilidade de queda de aparelhos de ar-condicionado. Incluirá, ainda, vácuo no sistema, carga de gás de 1kg e teste de funcionamento. A licitante deverá indicar detalhadamente os respectivos materiais necessários na utilização da respectiva instalação.</p>	3670	SV	158	R\$2.770,83	R\$437.791,14
	<p>Serviço de instalação e manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado SIMILAR SPLIT 60.000 BTU's, Preventiva; - Serviço de instalação de ar condicionado split de 60.000 BTU'S, englobando: instalação (UNIDADE INTERNA E EXTERNA), a fixação da unidade condensadora e evaporadora (até 3</p>					

54	metros de linha entre as unidades) utilizando-se nas linhas frigorígenas, cobre eletrolítico, tubo esponjoso térmico anti-chama, fios para interligação das unidades interna e externa tipo pp e fita branca em pvc para acabamento. (DRENAGEM) o dreno será levado até a parte externa da unidade evaporadora, por meio de mangueira tipo cristal, parede de 2mm de diâmetro, espessura 5/8, sendo de responsabilidade da contratante o prosseguimento do destino final da drenagem. (FIXAÇÃO DA CONDENSADORA) serão fixadas por suportes tipo mão francesas, em aço inox ou galvanizado, devidamente avaliado por laboratório acreditado pelo INMETRO, atendendo a NBR 16655-1:2018, esta exigência se faz necessária para garantir a integridade dos suportes durante sua vida útil, evitando assim graves acidentes devido a possibilidade de queda de aparelhos de ar-condicionado. Incluirá, ainda, vácuo no sistema, carga de gás de 1kg e teste de funcionamento. A licitante deverá indicar detalhadamente os respectivos materiais necessários na utilização da respectiva instalação.	3670	SV	198	R\$3.768,33	R\$ 746.129,34
----	--	------	----	-----	-------------	----------------

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Da Possibilidade

O objeto do presente estudo pode ser parcelado.

Das Justificativas

Se torna viável o parcelamento pois existe empresas, de pequeno a grande porte, que podem fornecer os serviços descritos na requisição. Os itens são específicos, não havendo margem de erros para o fornecimento..

Da Forma

Será realizada item a item quando a empresa fornece apenas um dos serviços solicitados.

Do Método de Avaliação da Divisibilidade do Objeto

É tecnicamente viável, pois cada item do objeto é detalhado minuciosamente em sua descrição não havendo margens para erros na aquisição. Que não haverá perda de escala, porque há empresas que podem fornecer por itens. Haverá melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade, porque permite que mais empresas possam participar, tanto as pequenas empresas que trabalham com apenas fornecimento de poucos dos itens, como aquelas que poderiam ofertar lances em todos os itens.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Da existência na Organização:

Não há.

Da Necessidade de Implementações:

Não há necessidade de realização de implementações.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA ORGANIZAÇÃO MILITAR

Esta contratação está alinhada com o Plano de Gestão publicado no Aditamento ao Boletim Interno nº 172 de 20 de outubro de 2022, nos seguintes aspectos:

Melhorar constantemente a capacidade de trabalho nos campos: Orgânico, atividades, pessoal e instalações;

Manter o bom funcionamento das instalações e atividades dos militares do Batalhão;

Permitir a continuidade do suprimento e aperfeiçoar as atividades do Batalhão.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Economicidade

Manter nossos equipamentos sempre em condições de uso, visando prolongar a vida útil dos mesmos com serviços de empresas qualificadas.

Eficácia

Ampliar a sua capacidade logística durante o cumprimento de suas missões constitucionais e aprimorar seus processos.

Eficiência

Melhorar a capacidade de segurança nos campos: Orgânico, trabalho, pessoal e instalações, e ampliar sua capacidade logística.

Recursos humanos

Proporcionar melhores condições de trabalho à OM.

Recursos materiais

Prolongar a vida útil dos bens móveis do Batalhão.

Recursos financeiros

Obter uma contratação eficiente e vantajosa para a administração pública.

Melhorias na qualidade de produtos/serviços

Continuar o fornecimento de materiais para as manutenções básicas e operacionais da OM, com a melhoria do desempenho nos trabalhos na OM.

13. Providências a serem Adotadas

Providências a serem Adotadas

Previamente à contratação, a Administração adotará as medidas necessárias para assegurar a adequada execução do objeto, incluindo a disponibilização das informações técnicas pertinentes, a designação de fiscal e/ou gestor do contrato, a definição dos procedimentos de acompanhamento e fiscalização da execução contratual e a comunicação à contratada das normas internas aplicáveis à prestação dos serviços. Não se vislumbra a necessidade de adequações estruturais, aquisição de equipamentos ou capacitação específica de servidores para a implementação da contratação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Impactos ambientais

Alcançar a excelência no descarte correto de materiais prejudiciais ao meio ambiente, conforme estabelecido no item 4.3.

ADEQUAÇÃO AMBIENTAL

14.2 Dos Recursos Humanos para implantação da solução

Não será necessário.

14.3 Dos Recursos Materiais para implantação da solução

Não será necessário.

14.4 Dos Recursos Humanos para manutenção da solução

Não se faz necessário.

14.5 Dos Recursos Materiais para manutenção da solução

Não se faz necessário.

14.6 Do Impedimento/Minimização de Impactos Ambientais

Não se faz necessário.

14.7 Cronograma de Adequação Ambiental

Não se faz necessário.

15. Declaração de Viabilidade


Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

.


16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
 **VITOR MATHEUS DE OLIVEIRA**
Data: 18/06/2026 14:11:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

VITOR MATHEUS DE OLIVEIRA

Membro da comissão de contratação

Documento assinado digitalmente
 **VAGNER ILSON BORGES**
Data: 18/06/2026 13:50:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

VAGNER ILSON BORGES

Equipe de planejamento da contratação



Documento assinado digitalmente

LUIS ALEXANDRE BRAGA RUZENE

Data: 18/06/2026 11:22:25-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LUIS ALEXANDRE BRAGA RUZENE

Equipe de planejamento da contratação



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
19º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO
(Regimento de Infantaria de Linha do Maranhão e Santa Catarina - 1772)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2024
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo NUP Nº 64095.001668/2026-92
ANEXO II - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

União, por meio do 19º Batalhão de Infantaria Motorizado, com sede na Av Theodomiro Porto da Fonseca, 908 – Bairro Fião – São Leopoldo - RS, inscrito no CNPJ sob o nº 09620138/0001-68, neste ato representado pelo Tenente Coronel LAURO LIMA DOS SANTOS NETO Comandante do Batalhão, nomeado pela Portaria no 730, GabCmtEx de 24 de Maio de 2024, publicada no DOU no 100 de 24 de Maio de 2024, inscrito no CPF no 054.279.457-84, portador da carteira de identidade nº 0130890049, tendo em vista o que consta no processo no 64095.015371/2024-42, referente à licitação na modalidade de PREGÃO, na sua forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS, nº **90004/2026**

, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. O presente Ata tem por objeto o registro de preços para ontratação de serviços de Manutenção de Bens e Moveis para o 19º Blmtz, especificados nos itens do termo de referência, anexo do edital de pregão nº 90004/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Empresa: CNPJ: CEP: Endereço: e-mail: Telefone:						
	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo
X							

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
 - 3.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
 - 3.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
 - 3.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 3.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
 - 3.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 3.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 3.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 3.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na
- 3.6. qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

- 3.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 3.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 3.9. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

Vedação a acréscimo de quantitativos

3.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. Em caso de prorrogação da ata poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

4.1.2. contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. Deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário observado a classificação da licitação; e

4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

- 4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.
- 4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7, observando o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderão:
- 4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.1.1. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.2. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.2.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação;

5.1.2.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observada o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao

fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade

participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços observado as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 8.4.1. Por razão de interesse público;
- 8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.2.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

São Leopoldo – RS na assinatura desta Ata.

Assinaturas

Representante legal do Órgão Gerenciador

Representante legal do fornecedor